



PADRÕES DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO RECIFENSE

Janete Maria Lins de Azevedo*

Resumo

O grau de usufruto do direito à educação constitui um forte indicador do nível do desenvolvimento humano de uma dada sociedade, muito embora a escolarização satisfatória, *per se*, seja insuficiente para que as pessoas alcancem um padrão de vida digno, apesar de representar, certamente, o principal pressuposto para o estabelecimento desse padrão. Ao mesmo tempo, levando-se em conta que a democracia constitui o modo de organização social e político mais aprimorada que a humanidade conseguiu alcançar, é impossível abstrair-se do papel da educação como um dos epicentros da construção e afirmação da sociedade democrática. Face aos processos de desenvolvimento que pressupõem o avanço do conhecimento científico e tecnológico, sua disseminação social e incorporação aos processos produtivos implica em uma população escolarizada para participar dessa construção, usufruir os seus benefícios e atender aos requisitos do mundo do trabalho. A educação é indispensável para a criação e consolidação de mecanismos adequados de participação, tendo em vista a garantia do exercício dos direitos políticos e sociais: seja para conquistá-los e/ou para velar por sua vigência.

Nessa perspectiva analisa-se a situação educacional das crianças, adolescentes e jovens da cidade do Recife, nos anos 1991 e 2000, com base nos indicadores em nível municipal constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, e em nível intramunicipal, no Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. Preliminarmente, procura-se fornecer um panorama mais geral em que se insere a questão da educação no País, ao se abordar, as bases jurídico-institucionais em que repousa a organização do Sistema Educacional Brasileiro e a Política Educacional das últimas décadas; o item a seguir, contém os resultados das análises dos indicadores a respeito dos padrões de educação da população recifense, considerando-se: i) a relação entre as faixas etárias próprias das crianças, adolescentes e jovens e os níveis de ensino que, a princípio, deveriam estar freqüentando ou já terem concluído; ii) quatro níveis espaciais: em que se compara o Recife em relação a outras metrópoles brasileiras; às demais capitais nordestinas; em contraste com os outros municípios da região metropolitana da qual constitui o núcleo central; e nas dimensões intra-urbanas representadas por sessenta e duas Unidades de Desenvolvimento Humano – unidades de análise adotadas neste Atlas Municipal do Desenvolvimento Humano no Recife – e pelas dezoito Microrregiões Político-Administrativas do Recife. São destacadas as localidades em que se concentram as maiores desigualdades educacionais, com o intuito de se chamar a atenção para a necessidade de políticas educativas específicas para determinadas áreas e faixas etárias.

Palavras-chave: Níveis de Escolarização; População Recifense; Desigualdades Educacionais.

*Socióloga. Professora-Adjunta do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação da UFPE. Pesquisadora do CNPq.



1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o estabelecimento de uma política nacional de educação remonta ao início da década de 1930, momento em que passou a caber ao Estado a regulação dos processos educativos em todo o País, o que a caracteriza como uma política social das mais tradicionais. O reconhecimento do setor educação como alvo de políticas públicas ocorreu, portanto, *pari passu* com a deflagração do processo de industrialização, que, desde os seus primórdios, se pautou por um modelo de desenvolvimento excludente e seletivo. Dentre outros fatores, o estabelecimento de tal modelo decorreu do modo de inserção do Brasil no espaço internacional e das especificidades políticas e culturais herdadas do período colonial, particularmente do Estado patrimonialista português. Essa herança contribuiu para a presença de um caráter conservador entre nossas elites, ainda hoje remanescente, levando a um tipo peculiar de articulação dos interesses sociais que, historicamente, produziu e vem agravando as distâncias entre ricos e pobres e, por conseguinte, as desigualdades. Essas marcas fizeram-se presentes nos referenciais da política de educação, influenciando a formação do sistema educacional que, apesar da sua evolução, ainda não atende às necessidades e ao direito de escolarização de grande parte dos brasileiros. O país ingressou no terceiro milênio com novas demandas de formação e de conhecimento requeridas pelas mudanças sociais em curso, sem sequer ter assegurado o direito à escolarização fundamental de qualidade para a maioria da população, o que exemplifica tanto a permanência como o agravamento dos níveis da desigualdade social historicamente imperantes entre as pessoas.

Não obstante, face mesmo ao papel que a educação assumiu nas sociedades modernas, o que acabou por impor a escolarização universal como uma conquista histórica da humanidade, em todos os momentos de crise e de mudanças a questão educacional tem sido problematizada com vigor por distintos grupos sociais, ao mesmo tempo em que tem sido assumida como política prioritária na retórica dos sucessivos governos que vêm comandando os destinos do País.

É nesse quadro que se situaram as reformas educacionais empreendidas nas últimas décadas, tanto em função das demandas internas, como em decorrência das pressões internacionais, em virtude das novas formas de relações sociais exigidas pela nova ordem mundial. Nessas reformas, o poder central estabeleceu como prioridade da política educacional o acesso da população à educação fundamental (nível obrigatório, universal e gratuito, garantido pela Constituição como um direito público subjetivo). Os resultados dessa prioridade conduziram a um significativo aumento do grau de cobertura escolar nesse nível. É suficiente lembrar que se passou de um total de matrículas de 16 milhões de alunos em 1970 para um total de pouco mais de 35 milhões em 2000, indicando a proximidade da universalização do acesso, como vêm demonstrando os resultados dos censos escolares. Em relação à clientela (a população de 7 a 14 anos de idade) a taxa líquida de escolarização vem abrangendo cerca de 95% desse contingente, e mesmo nas regiões mais pobres do Brasil a cobertura atinge um índice médio de mais de 90%. Sem dúvida, há uma distância em relação à situação de 1970, quando essa taxa era de apenas 67% (MEC/INEP, 2000 e 1997).

Todavia, graves problemas continuam a cercar a educação como prática social, revelando a inadequação das ações governamentais implementadas nas últimas décadas. O crescimento quantitativo das oportunidades de acesso à escola, na medida em que possibilitou que significativos contingentes de alunos das camadas populares



passassem a ter atendimento escolar, trouxe, como problemática fundamental, a precariedade da qualidade do ensino ministrado e, portanto, da impropriedade dos programas que têm sido implementados para equacionar os problemas da repetência, da evasão, do desempenho, enfim, para garantir a efetiva escolarização, combatendo-se as desigualdades educacionais. Ainda que limitados, os resultados do próprio Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aferidos em 2001, vêm indicando a manutenção dessas desigualdades.

Conforme demonstram os dados da Tabela 1, somente 4,4% dos alunos da 4ª. série do ensino fundamental obtiveram o desempenho esperado (adequado) em Língua Portuguesa e 6,8% em Matemática. Em contrapartida, a localização dos alunos nos estágios “crítico” e “muito crítico” significa que 59% têm chegado à 4ª. série sem dominar as competências e habilidades de leitura. De modo semelhante, 52% são portadores de profundas deficiências em Matemática, por se mostrarem incapazes de resolver problemas básicos que envolvam as quatro operações.

Os resultados da pesquisa do SAEB mostram que as históricas desigualdades entre as regiões brasileiras também se revelam no campo da educação. De fato, pode-se observar como a má qualidade do ensino atinge mais fortemente as regiões Norte e Nordeste. Os dados ilustram a permanência de uma situação detectada por SILVA e HASENBALG (2000), em estudo sobre as probabilidades de progressão educacional. Segundo tais autores, em 1998 a proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 18 anos (imediatamente superior à do ensino fundamental) que teve acesso à escola e completou a quarta série do ensino fundamental era de 86%; já a proporção das que tinham completado a oitava e última série desse nível era de apenas 39%. Trata-se de uma situação reveladora da distância que existe da efetiva universalização do nível obrigatório de ensino, o que tem resultado num contingente de cerca de 40 milhões de brasileiros que são analfabetos ou semi-analfabetos.

Tendo em vista a realidade acima descrita, apresentam-se as bases jurídico-institucionais em que repousa a organização do Sistema Educacional Brasileiro e a política educacional das últimas décadas, para, em seguida, se situarem os padrões de educação da população recifense, a partir de quatro níveis espaciais: o Recife em relação às metrópoles brasileiras¹ (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre); o Recife no contexto das capitais nordestinas; o Recife em contraste com os outros municípios da região metropolitana da qual constitui o núcleo central; e o Recife nas dimensões intra-urbanas representadas por suas dezoito microrregiões político-administrativas (MRs) e por sessenta e duas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs)².

1. As informações se referem, especificamente, às capitais estaduais com mais de um milhão de habitantes, núcleos de regiões metropolitanas e à capital federal.

2. As UDHs são agregações de setores censitários do Censo Demográfico (IBGE, 2000) delimitadas, considerando tanto quanto possível as características homogêneas da população, os aspectos morfológicos do território e os limites político-administrativos de bairros e regiões político-administrativos (BITOUN, 2005).

Tabela 1

Percentual de alunos da 4ª série do ensino fundamental, por estágio de construção de competências em Língua Portuguesa e Matemática, segundo as Grandes Regiões do País 2001

Regiões	Estágio (%)									
	Muito crítico		Crítico		Intermediário		Adequado		Avançado	
	Port.	Mat.	Port.	Mat.	Port.	Mat.	Port.	Mat.	Port.	Mat.
BRASIL	22,2	12,5	36,8	39,8	36,2	40,9	4,4	6,8	0,4	0,0
Norte	22,6	13,3	44,9	53,0	31,0	31,6	1,4	2,1	0,1	0,0
Nordeste	33,4	19,8	41,8	49,6	22,9	28,3	1,8	2,3	0,1	0,0
Sudeste	15,8	8,8	30,8	30,3	45,2	49,7	7,4	11,1	0,8	0,0
Sul	13,5	5,8	35,7	33,6	45,8	51,9	4,8	8,7	0,3	0,0
Centro-oeste	20,5	10,6	39,2	42,7	36,6	41,2	3,3	5,5	0,4	0,0

Fonte: MEC/INEP/Daeb

2. A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL E A POLÍTICA EDUCACIONAL DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O padrão atual do Sistema Educacional foi sendo configurado a partir dos preceitos estabelecidos na Constituição de 1988, cuja regulamentação coube à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, e à legislação que a ela teve seqüência.

2.1 Níveis e modalidades de ensino

A educação escolar compreende o nível básico e o superior, sendo que o primeiro engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil deve ser oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos. A fundamental destina-se à população de sete a quatorze anos, compreendendo oito anos de estudo, sendo obrigatória e gratuita, inclusive para os que não tiverem acesso a ela na idade apropriada (BRASIL, 1988 e 1996). O Recife foi uma das cidades pioneiras na ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, a partir de 2002, ou seja, a idade de ingresso no fundamental diminuiu de sete para seis anos. Apoiando-se em experiências semelhantes de outros estados e municípios, o governo brasileiro criou em 2004 o Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, estimulando os entes federativos a adotá-lo e, na nova lei de financiamento da educação em tramitação no congresso, estão previstos recursos para que essa medida se generalize por todo o País (BRASIL, 2004).

O nível médio, por sua vez, representa a etapa final da educação básica, com uma duração mínima de três anos e, de acordo com a LDB, deveria simultaneamente oferecer: a) o aprofundamento da formação geral, com caráter propedêutico, que permitisse o acesso ao ensino superior; e b) uma formação profissional, em caráter terminal, para aqueles que optassem pela obtenção de um diploma profissional de nível médio. O Decreto promulgado em 1997, contudo, criou o ensino técnico destinado a proporcionar uma habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, fragmentando este último e impedindo a chance de acesso a uma formação



geral a quem o cursasse, salvo se se pudessem prolongar os anos de escolaridade (BRASIL, 1997). O atual governo brasileiro revogou o decreto de 1997, regulamentando quatro artigos da LDB de 1996. Em consequência, passaram a vigorar diversas alternativas de articulação entre o ensino médio e o ensino técnico de nível médio. Dentre elas, certamente a principal é a integração entre ambos, recuperando a chance de os alunos concluírem o ensino médio com uma qualificação profissional, qualificação essa adquirida de modo integrado com uma formação geral, para buscar oportunidades no mercado de trabalho (BRASIL, 2004).

Por último, o nível superior de ensino compreende um conjunto de cursos e programas, quais sejam: cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que se submetam, com êxito, a processo seletivo; cursos de pós-graduação, compostos por programas de mestrado e doutorado, por cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, destinados a candidatos portadores de diploma de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino superior (IES) que os ofertam; cursos de extensão, cuja clientela também deve ser definida pelas IES, sendo essa a mesma norma estabelecida para os cursos seqüenciais, que se estruturam por campo de saber e podem ter diferentes níveis de abrangência.

Um instrumento importante da política educacional brasileira é representado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em janeiro de 2001 e com vigência para uma década, em atendimento às prescrições contidas na Constituição e na LDB. Os objetivos do PNE em vigência são os seguintes: a) elevação global do nível de escolaridade da população; b) melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; c) redução das desigualdades sociais e regionais, no acesso e no sucesso escolar; d) democratização da gestão do ensino público, pela participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica e pela participação da sociedade nos conselhos escolares (BRASIL, 2001). São cinco as prioridades estabelecidas no PNE:

I. *Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino;*

II. *Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram [...], considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino;*

III. *Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino - a educação infantil, o ensino médio e a educação superior;*

IV. *Valorização dos profissionais da educação;*

V. *Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.*

Além dessas prioridades, o PNE estabeleceu as metas para cada um dos níveis e modalidades de ensino, bem como o processo de sua avaliação a cada dois anos e ainda a elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Educação, os quais, em articulação com o nacional, devem formar um conjunto coerente e capaz de cumprir as metas dos três documentos (BRASIL, 2001).



2.2 Financiamento da educação pública e distribuição das responsabilidades entre os entes federativos

O padrão de financiamento da educação, nas últimas décadas, tem como um dos seus principais marcos a aprovação da Emenda Constitucional nº 24 de 1983, que conseguiu reintroduzir na Constituição de 1967, outorgada pelos militares, o princípio da vinculação de recursos das três esferas governamentais para o ensino. Essa vinculação foi ratificada pela Constituição de 1988, na qual está prescrito que a União *“aplicará anualmente nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”* (BRASIL, 1988). Compõem os recursos públicos destinados à educação os originários da receita de impostos próprios de cada ente federativo, de transferências constitucionais e de outros tipos, da receita do salário-educação e de outras contribuições sociais e, ainda, as advindas de incentivos fiscais (BRASIL, 1996).

Dentro do novo pacto federativo firmado pela Constituição, foram definidas as responsabilidades de cada ente com a educação, cabendo a cada um deles a organização dos seus respectivos sistemas de ensino, em regime de colaboração, os quais, em conjunto, constituem o Sistema Educacional Brasileiro. A União, além da responsabilidade com a organização, manutenção e desenvolvimento dos órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos territórios, é também a responsável pela regulamentação do nível superior, pela coordenação da política nacional de educação, cabendo-lhe exercer a função normativa, redistributiva e supletiva em relação aos demais entes, para que possam cumprir suas responsabilidades com a escolarização da população. Os Estados devem assegurar a oferta do ensino público fundamental nos seus territórios, cabendo-lhes oferecer, prioritariamente, o ensino médio de caráter público, além de serem os responsáveis pelo reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de todos os estabelecimentos pertencentes aos seus sistemas de ensino, inclusive os particulares. Aos Municípios cabem, também, estas últimas funções, desde que tenham seus sistemas de ensino implantados,³ bem como a oferta da educação infantil, e, com prioridade, o ensino fundamental público, só podendo atuar em outros níveis quando atenderem plenamente às necessidades de sua área de competência. Por último, o Distrito Federal deve cumprir as mesmas responsabilidades dos Estados e Municípios.

Ao se ter por referência a escolarização da maioria da população, é oportuno lembrar que o Salário Educação, estabelecido no período do regime autoritário e que continua em vigência, representou, durante muitos anos, a principal fonte de financiamento do ensino fundamental. Trata-se de uma contribuição que todas as empresas vinculadas à Previdência Social devem recolher mensalmente aos cofres públicos, cujo valor advém da aplicação de uma alíquota de 2,5% sobre o total da remuneração paga aos seus empregados. O Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, é o responsável pela gerência desses recursos. Dois terços deles constituem a cota estadual que é transferida para os estados (e esses a repartem com os seus municípios) e um terço (a cota federal) financia, em conjunto com outros

3. A LDB, regulamentando as prescrições da Constituição, introduziu, junto com a confirmação da titularidade constitucional dos sistemas municipais de ensino, a possibilidade de os Municípios optarem por duas outras formas de organização da educação municipal: a primeira, pela integração ao sistema estadual, e a segunda, pela composição com o Estado de um sistema único de educação básica (BRASIL, 1996).



recursos, as ações supletivas da União destinadas aos demais entes federados. É da cota federal do Salário Educação que provém o financiamento dos programas suplementares de atendimento ao educando, dentre eles o Programa Nacional do Livro Didático, o Transporte do Escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Saúde do Escolar, bem como de projetos especiais destinados aos municípios ou à unidade escolar, como o Dinheiro Direto na Escola, TV Escola, dentre outros.

O Salário Educação passou a ser apenas uma das fontes de financiamento da educação fundamental em 1998, quando foi implantado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Criado pela Emenda Constitucional Nº 14 de 1996, representou uma subvinculação dos recursos vinculados à educação. De acordo com a legislação, até o ano 2006, dos 25% de suas receitas, determinadas pela Constituição para que sejam aplicadas na educação pelos estados e os municípios, 15%, no mínimo, devem ser exclusivamente aplicadas na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, a partir da criação de um Fundo contábil em cada Estado. A repartição dos recursos entre cada Estado e os seus municípios toma por base o número de alunos matriculados nas oito séries do ensino fundamental, de acordo com os resultados do censo escolar do ano anterior realizado pelo Ministério da Educação e segundo o montante de recursos que formam o Fundo em cada estado. Para determinar o montante que cabe a cada município, é feita a multiplicação do valor total do Fundo do Estado pelo coeficiente de distribuição do município. Esse coeficiente, por sua vez, é obtido por meio da divisão do número de alunos matriculados nas escolas municipais pelo total do número de alunos matriculados nas redes públicas do Estado a que o município pertence. Por último, o coeficiente é multiplicado pelo valor mínimo de investimento estimado por aluno/ano (custo/aluno anual), valor que é definido pelo governo federal, levando em conta uma previsão de receita total para o Fundo e a matrícula total no ensino fundamental realizada por todas as escolas públicas do País. Caso o valor do Fundo, no âmbito de um Estado, não alcance o valor mínimo anual do custo/aluno, o governo federal faz a complementação dos recursos necessários. Os recursos devidos aos estados e aos municípios são creditados diretamente em conta específica para a movimentação dos mesmos em agência do Banco do Brasil (MEC/FNDE, 2001).

No que concerne aos gastos dos recursos, a legislação determina que 60% sejam destinados exclusivamente à remuneração dos professores. Os 40% restantes devem ser aplicados em outras ações destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, tais como: construção, ampliação, conclusão ou reforma de escolas; capacitação de professores; aquisição de material didático/escolar, de equipamentos e de serviços diversos. A legislação previu, também, a implantação de um Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, bem como a observação de critérios visando aos ajustes progressivos de contribuições que correspondam a um padrão de qualidade de ensino, a saber: o estabelecimento do número mínimo e máximo de alunos em sala de aula; a capacitação permanente dos profissionais da educação; uma jornada de trabalho que incorpore os momentos diferenciados das atividades docentes; a localização e o atendimento da clientela. Prescreveu, ainda, a obrigatoriedade de formação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social sobre o FUNDEF em nível federal, nos estados e nos municípios, determinando a presença na sua composição de representantes da comunidade, de pais e de outras instituições da sociedade civil organizada, além dos representantes da comunidade escolar.



As avaliações do FUNDEF têm mostrado que o Programa contribuiu fortemente para promover a municipalização da educação fundamental e para consolidar o acesso da população à escola. Um indicativo dessa influência pode ser observado na comparação do montante de matrículas efetuadas nos anos 1996 e 2002. Em 1996, as redes municipais efetuaram 33% das matrículas nesse nível, e em 2002 esse percentual aumentou para 50,0%. Nesse mesmo período, a oferta das redes estaduais diminuiu de 55,7% para 41,0%. Na região Nordeste, o fenômeno aparece com maior grau de visibilidade ao se considerar que as redes das suas municipalidades são hoje responsáveis por 75,0% do total das matrículas feitas nas diversas redes de ensino aí localizadas (Tabela 2).

Tabela 2

Percentual de matrículas efetuadas no Ensino Fundamental¹ por Redes de Ensino no Brasil e Região Nordeste | 1996 e 2002

Rede de Ensino	Brasil (%)		Nordeste (%)	
	1996	2002	1996	2002
Federal	0,1	0,0	0,0	0,0
Estadual	55,7	41,0	39,6	17,0
Municipal	33,0	50,0	47,3	75,0
Privada	11,2	9,0	13,1	8,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

¹ Inclui classes de alfabetização

Fonte: MEC/INEP

No quadro de colaboração entre os sistemas públicos, no Brasil como um todo, os municípios vêm, sobretudo, absorvendo os alunos das séries iniciais (1^a a 4^a), enquanto as redes estaduais vêm se encarregando do ensino de 5^a a 8^a séries. Do total das matrículas efetivadas nas redes municipais brasileiras em 2002, 65,0% o foram nas séries iniciais, enquanto as redes estaduais matricularam 57,0% dos alunos de 5^a a 8^a séries. Na região Nordeste, entretanto, as municipalidades, além de matricular 76,0% dos alunos de 1^a a 4^a séries, foram também responsáveis por 47% das matrículas de 5^a a 8^a séries, o que ultrapassou em 2% as efetivadas nas escolas das redes estaduais dessa região (Tabela 3).

Tabela 3

Percentual das matrículas efetuadas no Ensino Fundamental, por séries e Redes de Ensino no Brasil e Região Nordeste | 2002

Rede de Ensino	Brasil (%)		Nordeste (%)	
	1 ^a à 4 ^a séries	5 ^a à 8 ^a séries	1 ^a à 4 ^a séries	5 ^a à 8 ^a séries
Federal	0,0	0,0	0,0	0,0
Estadual	27,0	57,0	16,0	45,0
Municipal	65,0	33,0	76,0	47,0
Privada	8,0	10,0	8,0	8,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/INEP



Em virtude de tais resultados, as avaliações do FUNDEF enfatizam que ele vem beneficiando, sobretudo, as regiões mais pobres do País, tanto no que se refere ao valor investido por cada aluno/ano, como em relação ao aumento significativo na remuneração média dos professores das redes municipais.⁴ Não obstante, tem cerceado os estados e municípios em relação ao financiamento do ensino médio (no caso dos primeiros) e em relação à oferta da educação infantil e da alfabetização de jovens e adultos (no caso dos segundos), já que restam a esses apenas 10% dos recursos vinculados para que possam atender às demais demandas por educação nas outras modalidades de ensino sob sua responsabilidade (PINTO, 2002).

Nesse contexto, têm se verificado problemas que decorrem das características da malha municipal brasileira, cuja composição engloba 74,7% de municípios com uma população de até 20.000 habitantes. Desse total, 25,6% têm uma população de até 5.000 pessoas e 23,9% situam-se entre 5.001 e 10.000 habitantes (IBAM, 2000). Como demonstram vários estudos, há uma correlação perversa entre o tamanho dos municípios e os níveis de pobreza neles encontrados. Além disto, há um alto grau de dependência das transferências correntes para as suas receitas totais, que chegam a atingir quase 90% dos que possuem menos de 20 mil habitantes (GOMES & MAC DOWELL, 2000; SOARES, 1998).

Trata-se de um quadro político-administrativo que tem reflexo direto nas condições da oferta do ensino fundamental, sobretudo quando referido às séries iniciais, que são primordiais para todo o processo de escolarização. Quase sem fontes de renda própria que permitam investimentos mais substantivos para a ampliação da sua infraestrutura, a maior parte das municipalidades fica a depender das transferências do poder central para dar conta do atendimento das demandas por educação. Há localidades onde o crescimento das matrículas vem sendo feito sem a expansão da rede física escolar, e, portanto, mediante o aumento do número de alunos por sala de aula,⁵ fato que contribui para o agravamento da precária qualidade da educação e para piorar as condições de trabalho dos docentes. Em direção semelhante situa-se a estratégia encontrada para aumentar a remuneração dos professores, por meio de gratificações não-incorporadas aos salários, face à incerteza das prefeituras em relação à continuidade dos recursos do FUNDEF, já que o Programa tem data marcada para terminar (PINTO, 2002; AZEVEDO e FERRAZ, 2001; VERHINE, 2001).

Outro problema diz respeito ao valor estimado para o custo aluno/ano. São valores ainda distantes de um financiamento que garanta a qualidade requerida pelos processos de ensino e aprendizagem. Basta lembrar que nos Países avançados o custo aluno/ano da educação básica é estimado em cerca de 4.000 dólares, bem distante dos valores praticados pelo FUNDEF, conforme as informações apresentadas na Tabela 4.

4. Em vários municípios professores passaram de uma remuneração mensal de meio a um salário mínimo, para dois e até três salários mínimos no primeiro ano de vigência do FUNDEF.

5. Não só o FUNDEF mas outros programas, a exemplo do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, condicionam a distribuição e/ou transferência de recursos à quantidade de matrículas efetuadas pelas escolas públicas, levando a que os municípios tentem, de todas as maneiras, ampliar o contingente de alunos em suas escolas, para que possam aumentar suas rendas provenientes de transferências. Com o mesmo propósito, os Estados mais pobres têm priorizado a oferta das últimas séries do ensino fundamental, no lugar de cuidarem do nível médio, que é o de sua responsabilidade.

Tabela 4

Valor anual do custo aluno do Ensino Fundamental fixado pelo Governo Federal Brasil | 1998-2004

ANO	Séries (valor em Real)	
	1ª à 4ª	5ª à 8ª
1998	315,00	315,00
1999	315,00	315,00
2000	333,00	349,65
2001	363,00	381,15
2002	418,00	438,90
2003	446,00	468,30
2004	537,71	564,60

Fonte: MEC/INEP

Vale destacar que o atual governo retomou com a sociedade a discussão de um projeto de lei para a criação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que deverá substituir o FUNDEF, ampliando os recursos de modo a garantir, também, o financiamento da Educação Infantil e Média e o estabelecimento de um piso salarial nacional para os docentes, na medida em que os baixos salários, hoje vigentes, constituem um dos sérios problemas que afetam os processos de escolarização. Pode-se afirmar, também, que o governo federal vem reconhecendo a necessidade de ampliar a participação da União no financiamento da educação, de modo a garantir que toda a população freqüente e conclua os 11 anos de estudos que representam a escolarização até o nível médio. Para tanto, estudos do próprio Ministério da Educação indicam que o Brasil necessita passar do atual investimento de 4,39% do PIB na educação para 8%. Isso não apenas constitui o pilar básico para o desenvolvimento econômico mas implica, sobretudo, a efetiva eleição da política educacional como prioridade.

3. ANÁLISE DE INDICADORES DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO RECIFENSE

3.1 Educação pré-escolar

O conceito de nível básico estabelecido pela Constituição e ratificado na LDB constituiu um avanço, ao agregar a educação infantil e os níveis de ensino fundamental e médio. A conceituação traz subjacente o reconhecimento de que o processo de ensino e aprendizagem requer que sejam consideradas as distintas fases da infância, da adolescência e da juventude. Para tanto, o referido processo deve assumir a forma de um todo orgânico e seqüencial, cuja organização, dentre outros aspectos, deve ter como norte a ajuda ao desenvolvimento das características cognitivas próprias dos ciclos da vida do educando, ao mesmo tempo em que deve adequar-se a esses ciclos.

Em suas raízes etimológicas, base advém do grego *básis*, *eós*, significando, ao mesmo tempo, *pedestal*, *suporte*, *fundação*, e, *andar*, *colocar em marcha*, *avançar*. Em uma analogia, a educação infantil pode ser considerada a base da educação básica, o ensino fundamental o seu tronco, e o ensino médio o seu acabamento (CURY, 2002). Não obstante, ainda se está longe de vivenciar esse conceito nas práticas efetivas



dos processos de escolarização, como exemplifica a situação da sua base: a educação infantil, aqui analisada tendo-se como referência a pré-escola.⁶

A educação do pré-escolar (incluindo as classes de alfabetização)⁷ constitui uma das fases cruciais que antecedem e preparam para o ingresso na educação fundamental. Mesmo que os dados disponíveis não forneçam, com a devida fidedignidade, um retrato nítido da situação, é possível se ter dela uma aproximação. Caso se considere a população de 4 a 6 anos de idade, a faixa etária típica da clientela dessa fase, pode-se constatar que o Recife, em 2000, atendia a 56% dessa população. Esse percentual significa que havia, ainda, um expressivo contingente de crianças que sequer conseguiam ter acesso a esse patamar básico – no que concerne à oportunidade de se matricular na escola – sobre o qual devem assentar-se os processos educativos que se sucedem. O quadro, entretanto, deve ser ainda mais grave, já que as matrículas efetuadas certamente contemplaram alunos com idade acima da faixa própria, sobretudo nas classes de alfabetização, como historicamente vem ocorrendo. Mesmo assim, vale destacar que, entre as metrópoles do País, Brasília apresentava o mesmo desempenho da cidade do Recife, enquanto Fortaleza e o Rio de Janeiro tinham uma cobertura maior (Tabela 5).

Tabela 5

Matrículas efetuadas na Pré-Escola e nas classes de Alfabetização, por dependência administrativa das escolas e em relação ao total da população na faixa etária de 4 a 6 anos, segundo as metrópoles brasileiras | 2000

Capitais	Matrículas por Dependência Administrativa das Escolas								total	População 4 a 6 anos(B)	A/B (%)	
	Estadual		Federal		Municipal		Privada					
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%				
Belém	14283	36	666	2%	7281	18%	17508	44%	39738	100%	74620	53%
Belo Horizonte	9349	20	0	0%	4818	10%	32093	69%	46260	100%	107422	43%
Brasília	36345	55	0	0%	0	0%	30114	45%	66459	100%	118019	56%
Curitiba	2453	9	0	0%	10668	38%	15060	53%	28181	100%	79597	35%
Fortaleza	422	0	0	0%	32552	35%	59610	64%	92584	100%	128348	72%
Goiânia	2832	13	40	0%	5281	24%	13584	62%	21737	100%	55721	39%
Porto Alegre	9542	34	0	0%	4222	15%	14033	50%	27797	100%	63121	44%
Recife	1321	3	0	0%	12630	31%	27445	66%	41396	100%	73430	56%
Rio de Janeiro	1428	1	530	0%	71846	41%	99595	57%	173399	100%	268243	65%
Salvador	3307	8	0	0%	4058	10%	33208	82%	40573	100%	126777	32%
São Paulo	6	0	200	0%	207974	73%	77581	27%	285761	100%	517926	55%
TOTAL	81288	9%	1436	0%	361330	42%	419831	49%	863885	100%	1613224	54%
BRASIL	360.276	7%	2.424	0%	3.396.910	67%	1.335.766	26%	5.095.376	100%	10.121.179	50%

Fontes: MEC/INEP - Censo Escolar de 2000; PNUD, IPEA, FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2003, CD-ROM

6. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil apresenta as informações da Educação Infantil privilegiando as faixas etárias, ou seja: percentuais das crianças entre quatro e cinco anos e entre cinco e seis anos que estavam freqüentando a escola, independentemente do nível de ensino (creche, pré-escola ou ensino fundamental). Pelas dificuldades que esse tipo de agregação representa, quando o objetivo é enfocar os níveis e modalidades de ensino, optamos por usar informações do Censo Escolar de 2000 (efetuado pelo MEC/INEP), combinadas com os dados de população contidos no Atlas. Todavia, dada a metodologia aplicada na análise intra-urbana recifense, não foi possível, com os dados do Ministério da Educação, tratar da educação pré-escolar nesse quarto nível de espacialização considerado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife.

7. Vale lembrar que as Classes de Alfabetização hoje são praticamente inexistentes na escola pública, na medida em que foram incorporadas ao primeiro ciclo do ensino fundamental, como uma das estratégias das redes para ampliarem o montante das transferências dos recursos do FUNDEF e de outros programas voltados para esse nível. Ao mesmo tempo, não deixa de ser uma forma de democratizar o acesso ao se alargar a faixa etária de entrada.



O fato de as escolas da rede privada terem sido responsáveis por cerca de metade das matrículas é um indicativo da elitização do acesso à pré-escola. As da rede municipal, por seu turno, responderam por 42% das matrículas. Note-se que nas grandes capitais os índices das redes municipais foram menores do que os encontrados para o conjunto do País: no Brasil como um todo, as municipalidades encarregaram-se de 67% da cobertura do patamar aqui em análise. São Paulo, com o índice mais alto (73%), reflete uma tradição histórica de municipalização da educação pré-escolar. No outro extremo, situaram-se as cidades de Belo Horizonte e Salvador, ambas com um índice de cobertura de apenas 10% em suas redes municipais (Tabela 5).

O contingente de crianças entre quatro e seis anos de idade da cidade do Recife representa o terceiro maior em relação às demais capitais nordestinas. No entanto, ocupou o quinto lugar no percentual das matrículas realizadas no ano 2000 em relação ao total dessa clientela, ao se ter por parâmetro o comportamento das nove capitais dessa região. Fortaleza, que detinha o maior contingente da população entre quatro e seis anos de idade, colocou-se em terceiro lugar, enquanto Teresina, a sexta quanto à população, efetuou 82% das matrículas das crianças na idade certa (Tabela 6).

A oferta de matrículas por redes de ensino, por sua vez, revela a magnitude do fenômeno da elitização nessa espacialidade. Enquanto no Brasil a proporção de matrículas na rede privada foi da ordem de 26%, no conjunto das capitais nordestinas esse índice alcançou 62%. Observe-se que na cidade do Recife o percentual atingiu 66%, ficando abaixo apenas de Salvador (82%). Os dados indicam a existência de uma correlação perversa entre o tamanho das capitais e o grau de elitização desse nível de ensino, já que em Fortaleza o índice em referência foi de 64%, o terceiro maior. Mas é preciso não deixar de se fazer alusão à *performance* das redes municipais, exceto em Salvador, cujas matrículas nas escolas a ela pertencentes representaram apenas 10% do total. No Recife e em Fortaleza, elas superaram os 30%, revelando que são elas, mesmo de modo limitado, que vêm garantindo o ingresso das camadas populares na pré-escola.

Tabela 6

Matrículas efetuadas na Pré-Escola e nas classes de Alfabetização, por dependência administrativa das escolas e em relação ao total da população na faixa etária de 4 a 6 anos, segundo as capitais do Nordeste | 2000

Capitais do Nordeste	Matrículas por Dependência Administrativa das Escolas								total	Pop. de 4 a 6 anos (B)	A/B (%)	
	Estadual		Federal		Municipal		Privada					
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%				
Aracaju	5479	29	0	0	6346	34	6818	37	18643	6	25342	74
Fortaleza	422	0	0	0	32552	35	59610	64	92584	29	128348	72
João Pessoa	4557	24	0	0	3565	18	11150	58	19272	6	32850	59
Maceió	1119	7	0	0	5352	28	10281	61	16752	5	50097	33
Natal	88	0	0	0	7611	37	12817	62	20516	6	40402	51
Recife	1321	3	0	0	12630	31	27445	66	41396	13	73430	56
Salvador	3307	8	0	0	4058	10	33208	82	40573	12	126777	32
São Luís	5009	13	0	0	11072	29	21847	58	37928	13	51383	74
Teresina	11647	35	0	0	4974	15	16691	50	33312	12	40818	82
TOTAL	32949	10	0	0	88160	27	199867	62	320976	100	569447	56
BRASIL	360.276	7	2.424	0	3.396.910	67	1.335.766	26	5.095.376	100	10.121.179	50

Fontes: MEC/INEP - Censo Escolar de 2000; PNUD, IPEA, FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000



Não obstante, é no terceiro nível de espacialização privilegiado na presente análise que as redes municipais assumem um maior destaque, como demonstram os dados da Tabela 7. A rede privada de ensino efetuou 50% ou mais das matrículas em sete dos onze municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife (RMR), tendo-se verificado os maiores percentuais em Abreu e Lima (93%), Recife (66%), Paulista (63%) e Camaragibe (62%). Mesmo assim, para o conjunto dos onze municípios da RMR, o percentual médio das matrículas nas escolas privadas foi de 55%. Para tanto foram significativos os desempenhos das redes municipais de Itapissuma (96% das matrículas), Ipojuca (91%), Araçoiaba (90%), Itamaracá (85%), Cabo de Santo Agostinho (74%), São Lourenço da Mata (73%) e Moreno (64%), o que contribuiu para uma média de 43% de matrículas efetuadas nas escolas municipais da RMR.

Dentre os municípios cujas redes mantiveram a predominância (acima de 50%) na oferta da pré-escola, encontram-se os menores. Uma exceção é o Cabo de Santo Agostinho. Desde meados da década de 1990, esse município vem se destacando nacionalmente pela implementação de uma política municipal de educação inovadora, voltada para a diminuição das desigualdades educacionais. Nos demais, em sua maioria de pequeno porte, o alto grau de municipalização reflete, também, o grau de pobreza da população, fato que desestimula a presença da iniciativa privada na oferta da educação pré-escolar.

No que concerne ao estabelecimento da relação entre as matrículas e o contingente da população a que a educação pré-escolar se destina, a RMR pode estar atendendo 54% dessa clientela. Sobressai nesse caso a *performance* de Itamaracá, cuja citada relação é de 96%, de Olinda com um índice de 71% e, ainda, de Igarassu e Ipojuca, respectivamente com 64% e 61% (Tabela 7). Não obstante, é necessário qualificar tal

Tabela 7

Matrículas efetuadas na Pré-Escola e nas classes de Alfabetização, por dependência administrativa das escolas e em relação ao total da população na faixa etária de 4 a 6 anos, segundo os municípios da Região Metropolitana do Recife 2000

Municípios	Dependência Administrativa das Escolas								total	Pop. de 4 a 6 anos (B)	A/B (%)	
	Estadual		Federal		Municipal		Privada					
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%				
Abreu e Lima	0	0	0	0	108	7	1340	93	1448	100	4953	29
Araçoiaba	0	0	0	0	378	9	44	10	422	100	1083	39
Cabo de Santo Agostinho	0	0	0	0	3375	74	1193	26	4568	100	9198	50
Camaragibe	0	0	0	0	1565	38	2547	62	4112	100	7463	55
Igarassu	193	0	0	0	2404	71	775	23	3372	100	5249	64
Ipojuca	0	0	0	0	2342	91	237	9	2579	100	4233	61
Itamaracá	0	0	0	0	779	85	133	15	912	100	947	96
Itapissuma	0	0	0	0	623	96	25	4	648	100	1358	48
Jaboatão dos Guararapes	40	0	0	0	5932	42	8122	58	14094	100	33841	42
Moreno	0	0	0	0	655	64	366	36	1021	100	2832	36
Olinda	0	0	0	0	6765	50	6888	50	13653	100	19323	71
Paulista	316	0	0	0	2919	38	4865	63	7784	100	13953	56
Recife	1321	0	0	0	12630	31	27445	66	41396	100	73430	56
São Lourenço da Mata	0	0	0	0	1965	73	723	27	2688	100	5589	48
TOTAL	1870	0	0	0	42440	43	54703	55	98697	100	183452	54
Pernambuco	3532	0	357	0	148079	60	95344	39	247312	100	486366	51

Fontes: MEC/INEP - Censo Escolar de 2000; PNUD, IPEA, FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000



relação que, ao contrário, pode expressar o mascaramento das condições precárias em que se vem processando a escolarização, cuja explicitação é mais bem evidenciada nos indicadores relativos à educação fundamental.

3.2 A Educação fundamental

No Brasil, a educação fundamental, tendo em vista a sua regulamentação, pode ser tomada como o “ensino primário”, conforme está referido nas Metas para o Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU). No que concerne à educação, nestas metas encontra-se a determinação da universalização do ensino primário até o ano 2015, de modo que seja garantida, a todas as crianças, a conclusão de um ciclo completo de ensino.

Visando aferir as condições de escolarização das crianças de sete a quatorze anos recifenses nos três primeiros níveis de espacialidade,⁸ foi eleito para a análise um conjunto de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, relativos ao nível fundamental, cujas definições são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores selecionados sobre as condições de escolarização das crianças de 7 a 14 anos

INDICADOR	DEFINIÇÃO
Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
Percentual de crianças de 10 a 14 anos na escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando o curso fundamental	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o curso fundamental ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo de primeiro grau. Não inclui a classe de alfabetização.
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	O atraso escolar é obtido pela comparação entre a idade e a série escolar da criança, por meio da equação: atraso escolar = [(idade - 7) - número da série completada]. Espera-se, portanto, que uma criança de dez anos já tenha completado, pelo menos, três anos de estudo.
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de crianças nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que são classificadas como “analfabetas funcionais”, integrando a condição de população vulnerável.
Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas	Percentual de crianças nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples e, portanto, integram a população vulnerável.

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-Rom.

Sem dúvida, a política educacional da última década teve o mérito de consolidar a ampliação da oferta de vagas para que o contingente brasileiro de crianças de sete a quatorze anos *ingressasse na escola*. Uma comparação entre os resultados dos Censos de 1991 e de 2000 demonstra que se passou de uma cobertura de 79,42% dessa população para 94,52%, índice bastante próximo do padrão internacional considerado como atendimento universal, que é de 97% (Tabela 8).

8. Quais sejam: o Recife em relação às metrópoles brasileiras, considerando-se as nove maiores capitais estaduais núcleos de regiões metropolitanas e a capital federal; em relação às demais capitais nordestinas, e em relação aos municípios que integram a sua Região Metropolitana. Para o quarto nível espacial, o Recife e seus espaços intra-urbanos, os indicadores apresentados adiante foram retirados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife.

Tabela 8

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos, clientela da educação fundamental, segundo as metrópoles brasileiras | 1991 e 2000

Capitais	Na escola de 07 a 14 anos (%)		Na escola de 10 a 14 anos (%)		Frequenteando o Ensino Fundamental de 7 a 14 anos (%)		Com mais de um ano de atraso escolar de 10 a 14 anos (%)		Com menos de quatro anos de estudo de 10 a 14 anos (%)		Analfabeta de 10 a 14 anos (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Belém	89,26	95,88	91,32	96,32	86,34	92,36	60,74	43,18	63,26	49,45	8,42	4,11
Belo Horizonte	92,14	97,81	92,39	97,78	89,59	94,33	44,51	16,01	52,08	31,43	3,83	1,36
Brasília	92,31	97,62	93,37	97,72	90,54	92,11	40,80	19,68	50,52	30,22	4,01	1,37
Curitiba	91,66	96,88	91,06	96,47	90,17	92,70	30,46	14,28	40,00	25,42	1,55	0,77
Fortaleza	86,04	95,28	87,23	95,52	79,11	91,09	58,68	31,11	64,22	38,34	12,60	4,84
Goiânia	91,66	97,81	92,44	97,69	88,31	92,22	46,23	23,42	52,63	31,96	3,58	1,12
Porto Alegre	91,32	97,09	91,68	97,41	89,39	94,16	30,98	21,16	40,01	29,92	3,13	1,70
Recife	88,68	95,72	89,21	95,81	85,12	91,33	51,00	37,05	56,34	44,82	12,36	6,15
Rio de Janeiro	91,94	96,77	92,67	96,88	87,94	90,70	41,60	25,27	50,40	37,54	3,32	1,77
Salvador	87,92	96,07	89,79	96,61	83,13	89,63	58,37	38,56	63,18	43,69	10,64	4,15
São Paulo	90,50	96,43	91,33	96,47	88,92	93,19	33,84	14,56	44,25	28,71	2,38	1,31
Total	90,32	96,67	91,35	96,78	87,14	92,16	45,20	25,84	52,44	3,24	5,98	2,60
BRASIL	79,42	94,52	80,24	94,65	76,91	89,82	58,16	36,21	63,08	44,41	16,08	5,88

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-Rom.

Performance semelhante foi encontrada entre as crianças brasileiras na faixa etária de 10 a 14 anos, o que também ocorreu no primeiro nível de espacialidade considerado neste documento - as metrópoles, em ambas as faixas (7 a 14 e 10 a 14 anos). Note-se, entretanto, que Brasília, Belo Horizonte, Goiânia e Porto Alegre sobressaem nesse conjunto, por terem alcançado índices acima de 97% de cobertura. Em contrapartida, Recife e Fortaleza, mesmo aproximando-se do patamar de universalidade, são as que apresentaram índices menores: pouco mais de 95%.

Todavia, esse patamar ainda não havia sido alcançado em relação à *freqüência à educação fundamental* para o total das crianças brasileiras na faixa etária de sete a quatorze anos, embora se detecte um aumento significativo dos índices de cobertura concernentes: a freqüência a esse nível passou de 76,91%, em 1991, para 89,82%, no ano 2000. Dentre as onze maiores capitais, Belo Horizonte e Porto Alegre são as que mais se aproximaram da universalização da freqüência, com percentuais de cobertura um pouco acima de 94%. Ainda que tenha alcançado um percentual de 91,3%, o Recife apresentou um desempenho que só ficou acima das cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza.

No panorama educacional brasileiro, efetuar a matrícula e freqüentar a escola têm sido práticas insuficientes para garantir o usufruto de um processo de escolarização com qualidade e êxito. Os dados em análise evidenciam as distorções existentes entre a idade e a série, e a conseqüente obstrução das crianças no que concerne ao fluxo escolar. Muito embora tenha havido melhoria nos índices (quando se comparam os dados de 1991 e de 2000), 36,21% dos alunos na faixa de 10 a 14 anos apresentavam mais de um ano de atraso escolar, enquanto 44,41% tinham menos de quatro anos de estudo no ano 2000. Vale frisar que se trata de um significativo contingente populacional que ainda não havia completado a quarta série do ensino fundamental, como seria o esperado, encontrando-se, por conseguinte, na condição de analfabeto funcional. Nesse se incluem os que sequer sabem escrever ou ler um bilhete simples,



situação vivenciada por 5,88% das crianças brasileiras entre 10 e 14 anos, sendo, pois, analfabetas. Em termos absolutos, o analfabetismo funcional atingia 7.707.276 crianças de um total de 17.348.076 que compunham essa faixa etária, das quais 1.020.066 eram totalmente iletradas.

No conjunto das onze maiores capitais, a população na faixa etária em destaque (10 a 14 anos) era de 2.751.452 pessoas, o que representava 15,9% da do País. Desse total, o contingente de crianças com menos de quatro anos de estudo era de 939.744, o que representava, em 2000, 12,2% da totalidade das crianças brasileiras nessa condição, e 35,60% do total das residentes nas metrópoles em foco. O analfabetismo atingia 61.975, montante correspondente a 0,80% do total das crianças analfabetas encontradas no Brasil e 2,60% das habitantes nas onze capitais. Dentre estas últimas, o fenômeno do analfabetismo funcional manifestava-se em maiores proporções na cidade de Belém, atingindo 49,45% das crianças, seguida pelo Recife e Salvador, respectivamente, com um percentual de 44,82% e de 43,69%. A condição de iletrada, por sua vez, foi mais encontrada entre as crianças do Recife (6,15%), de Fortaleza (4,84%) e de Salvador (4,15%). São dados que exemplificam o grau das desigualdades presentes nas regiões mais pobres do País (Tabela 8).

No caso da região Nordeste, a Tabela 9 permite uma visão mais aproximada da magnitude das desigualdades educacionais. As capitais nordestinas, à semelhança do ocorrido nas metrópoles brasileiras, garantiram o ingresso na escola de mais de 95% de sua população na faixa de 7 a 14 anos e da faixa de 10 a 14 anos no ano 2000. Excetua-se, nesse conjunto, a cidade de Maceió, com uma cobertura em torno de 91%. Entretanto, mesmo tendo crescido entre 1991 e 2000, o índice de *freqüência ao ensino fundamental* ainda se mostrava distante do patamar considerado como um atendimento universal. No conjunto das cidades em destaque, o maior índice de freqüência é encontrado em São Luís (93,07%) e o menor em Alagoas (86,48%), enquanto o Recife deteve a sexta posição dentre as nove capitais nordestinas.

Tabela 9

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos, clientela da educação fundamental, segundo as capitais do Nordeste | 1991 e 2000

Capitais	Na escola de 7 a 14 anos (%)		Na escola de 10 a 14 anos (%)		Freqüentando o Ensino Fundamental de 7 a 14 anos (%)		Com mais de um ano de atraso escolar de 10 a 14 anos (%)		Com menos de quatro anos de estudo de 10 a 14 anos (%)		Analfabeta de 10 a 14 anos (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Aracaju	88,93	95,95	89,87	96,29	84,83	91,73	60,39	39,70	65,87	46,70	11,76	5,69
Fortaleza	86,04	95,28	87,23	95,52	79,11	91,09	58,68	31,11	64,22	38,34	12,60	4,84
João Pessoa	85,28	95,85	86,80	95,89	80,17	92,01	57,89	38,39	63,55	45,98	15,69	4,79
Maceió	80,68	90,81	81,61	91,60	77,11	86,48	61,85	50,02	64,51	55,55	20,28	10,07
Natal	89,19	95,83	89,39	95,86	86,19	92,82	48,82	31,00	56,19	38,86	12,08	5,25
Recife	88,68	95,72	89,21	95,81	85,12	91,33	51,00	37,05	56,34	44,82	12,36	6,15
Salvador	87,92	96,07	89,79	96,61	83,13	89,63	58,37	38,56	63,18	43,69	10,64	4,15
São Luís	89,85	96,59	90,59	96,78	86,99	93,07	50,95	30,73	57,55	38,39	8,98	3,52
Teresina	86,21	96,39	88,34	96,44	83,35	92,32	69,58	42,60	72,02	48,52	18,36	6,08
Total	87,48	95,46	87,93	95,77	82,65	92,07	67,86	36,72	62,37	43,41	12,85	5,34
BRASIL	79,42	94,52	80,24	94,65	76,91	89,82	58,16	36,21	63,08	44,01	16,08	5,88

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.



É oportuno se atentar para o fato de que houve uma diminuição do número de crianças do contingente populacional em foco em quatro das nove cidades (inclusive no Recife). Mesmo assim, o aumento da *frequência ao ensino fundamental*, em quase uma década, foi, em pontos percentuais, de 9,42 para o conjunto, e de 6,21 para o Recife.

Ainda que tenha havido uma melhora na década aqui considerada, para o conjunto das capitais nordestinas foram encontradas 36,72% das crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar em 2000, sendo Maceió (com um percentual de 50,02%) Teresina (com 42,60%) e Aracajú (com 39,70%) as cidades onde o fenômeno se manifestou com maior gravidade. O Recife, cujo percentual abrangeu 37,05% de crianças, alcançou a terceira melhor situação em relação às demais capitais. Nesse mesmo contexto, com menos de quatro anos de estudo e, portanto, vivenciando a condição do analfabetismo funcional, encontravam-se 438.867 crianças (43,41% do total dessas capitais). Todas as nove cidades possuíam mais de um terço de suas crianças de 10 a 14 anos nessa condição e o Recife, com um índice de 44,82% (correspondente a um contingente de 49.194 crianças), posicionava-se no quinto lugar em termos da magnitude do fenômeno, vindo depois de Maceió (com um percentual de 55,55%), Teresina (48,52%) e João Pessoa (45,98%). No contingente dos “analfabetos funcionais”, encontrava-se um total de 53.525 crianças que não sabiam ler nem escrever, representando 5,34% do total das crianças nordestinas. São dados que evidenciam as condições precárias de educação de cerca de 50% da população na faixa de 10 a 14 anos.

A realidade encontrada no terceiro nível de espacialidade – o Recife e os municípios da sua Região Metropolitana – não difere substantivamente dos níveis anteriormente analisados no que concerne ao ingresso na escola da população de 7 a 14 e 10 a 14 anos. Não obstante, o desempenho dos quatorze municípios da RMR mostra-se mais precário, tanto em relação à garantia da frequência à educação fundamental desse contingente, como em relação aos demais indicadores aqui em destaque (Tabela 10).

Note-se que, no contexto da RMR, o melhor percentual de cobertura em relação ao *ingresso no ensino fundamental* foi obtido por Camaragibe, seguido pelo Recife, Abreu e Lima e Paulista, considerando-se as informações para o ano de 2000. Em contrapartida, Ipojuca (com um percentual de 79,73%) e Araçoiaba (com 85,84%) são os que apresentaram os piores índices. A situação em termos de retardo escolar é bastante grave, do mesmo modo que os índices de analfabetismo, refletindo os problemas encontrados no Estado de Pernambuco. Com efeito, em Pernambuco a média de alunos na faixa de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso supera (em 16,2 pontos percentuais) a média do Brasil, do mesmo modo que o índice de crianças com menos de quatro anos de estudo e de analfabetas, maiores do que a média brasileira em, respectivamente, 13,07 e 7,0 pontos. Nesse quadro, os maiores percentuais de atraso escolar foram encontrados nos municípios de Ipojuca (62,60%), Araçoiaba (61,49%) e São Lourenço da Mata (55,29%). O analfabetismo funcional, por sua vez, atingia em mais de 40% as crianças dos quatorze municípios da RMR, sendo que em dois deles (Ipojuca e Araçoiaba) o percentual se situou acima de 60%, e em seis se situou acima de 50%, como mostram os dados do Tabela 10. Ilustrando, ainda, a magnitude das desigualdades educacionais presentes na região, estão os percentuais de crianças analfabetas. Esta é a situação encontrada na proporção de 23,39% no município de Araçoiaba, 17,55% em Ipojuca, 11,71% em São Lourenço da Mata e em quase 11% em



Moreno. Há que se considerar que nesses municípios ainda remanescem as marcas da predominância da monocultura canavieira, com forte utilização do trabalho infantil e de mão de obra pouco qualificada, o que pode explicar os percentuais relativamente altos de analfabetismo.

Tabela 10

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos, clientela da educação fundamental, segundo os municípios da Região Metropolitana do Recife | 1991 e 2000

Municípios	Na escola de 07 a 14 anos (%)		Na escola de 10 a 14 anos (%)		Frequenteando o Ensino Fundamental de 7 a 14 anos (%)		Com mais de um ano de atraso escolar de 10 a 14 anos (%)		Com menos de quatro anos de estudo de 10 a 14 anos (%)		Analfabeta de 10 a 14 anos (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Abreu e Lima	86,08	95,58	85,42	95,22	83,08	91,19	63,82	38,77	63,47	42,24	16,86	5,19
Araçoiaba	57,01	89,27	58,02	91,39	56,50	85,84	80,60	61,49	85,19	63,90	49,47	23,39
Cabo de Santo Agostinho	80,94	93,87	83,46	94,55	79,67	88,85	68,32	48,72	69,38	55,19	21,19	8,45
Camaragibe	84,18	96,48	84,65	95,89	81,57	92,69	62,31	42,48	63,99	51,69	17,43	5,21
Igarassu	78,51	93,24	79,54	93,26	75,21	86,53	67,69	46,57	71,13	49,49	24,05	7,95
Ipojuca	66,88	87,41	68,72	90,64	63,78	79,73	79,92	62,60	82,15	64,47	43,20	17,55
Itamaracá	83,20	94,71	83,46	94,57	82,22	90,21	58,67	44,09	60,52	50,53	16,23	8,39
Itapissuma	75,97	91,89	76,38	91,14	75,14	89,22	69,17	44,91	72,55	54,10	26,91	10,02
Jaboatão dos Guararapes	85,22	93,81	86,25	93,90	81,56	87,77	59,21	41,47	62,92	48,36	16,58	7,90
Moreno	77,10	93,32	77,78	93,58	73,49	88,06	70,25	49,03	67,15	54,95	23,64	10,87
Olinda	89,38	94,82	90,02	94,56	85,74	90,55	51,93	36,61	58,00	44,76	12,73	5,41
Paulista	91,33	95,97	92,22	96,33	88,60	90,63	51,69	34,95	55,29	41,87	8,29	4,27
Recife	88,68	95,72	89,21	95,81	85,12	91,33	51,00	37,05	56,34	44,82	12,36	6,15
São Lourenço da Mata	77,52	92,42	77,79	92,50	75,21	87,81	68,99	51,99	71,06	55,29	26,75	11,71
Total	89,14	93,46	80,92	93,81	77,63	88,60	64,54	45,76	67,08	51,55	22,55	9,46
Pernambuco	73,97	92,05	74,98	92,22	71,81	87,08	68,45	52,41	70,91	57,48	29,48	12,88
BRASIL	79,42	94,52	80,24	94,65	76,91	89,82	58,16	36,21	63,08	44,41	16,08	5,88

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-Rom.

Em síntese, dentre os três níveis de espacialidade até aqui focalizados, é na Região Metropolitana do Recife que o grau das desigualdades educacionais se mostra mais perverso, no que concerne ao acesso, frequência e conclusão da educação fundamental do contingente populacional de 7 a 14 anos. Ao considerar o percentual das crianças na faixa etária de 10 e 14 anos que são analfabetas funcionais e, desse grupo, as que são totalmente iletradas, observam-se os sintomas da precariedade da escolarização do grupo em foco. Nos municípios de Araçoiaba e Ipojuca, localizaram-se as piores situações, mas também é perverso o quadro encontrado em São Lourenço da Mata, Moreno, Itapissuma e no Cabo de Santo Agostinho.

3.2.1 O Ensino fundamental no contexto intra-urbano recifense

Para a análise da escolarização das crianças de 7 a 14 anos de uma perspectiva intra-urbana, foram utilizados os indicadores apresentados no Quadro 2.

Da mesma maneira como foi observado nas três dimensões espaciais analisadas, a prioridade estabelecida para a política educacional brasileira nas três últimas décadas – garantia às crianças de 7 a 14 anos do acesso à escola e da frequência ao ensino fundamental – teve repercussões positivas no espaço intra-urbano recifense, sem se desconhecer que há áreas onde a universalização da frequência a esse nível de ensino é ainda um problema a resolver.

Quadro 2 - Indicadores selecionados sobre as condições de escolarização das crianças de 7 a 14 anos

INDICADOR	DEFINIÇÃO
Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando o curso fundamental	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o curso fundamental ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo de primeiro grau. Não inclui a classe de alfabetização.
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	O atraso escolar é obtido pela comparação entre a idade e a série escolar da criança, por meio da equação: atraso escolar = [(idade - 7) - número da série completada]. Espera-se, portanto, que uma criança de dez anos já tenha completado, no mínimo, três anos de estudo.
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de crianças nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental. Integram o contingente de analfabetos funcionais, compondo a população vulnerável.
Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas	Percentual de crianças nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. Integram a população vulnerável.

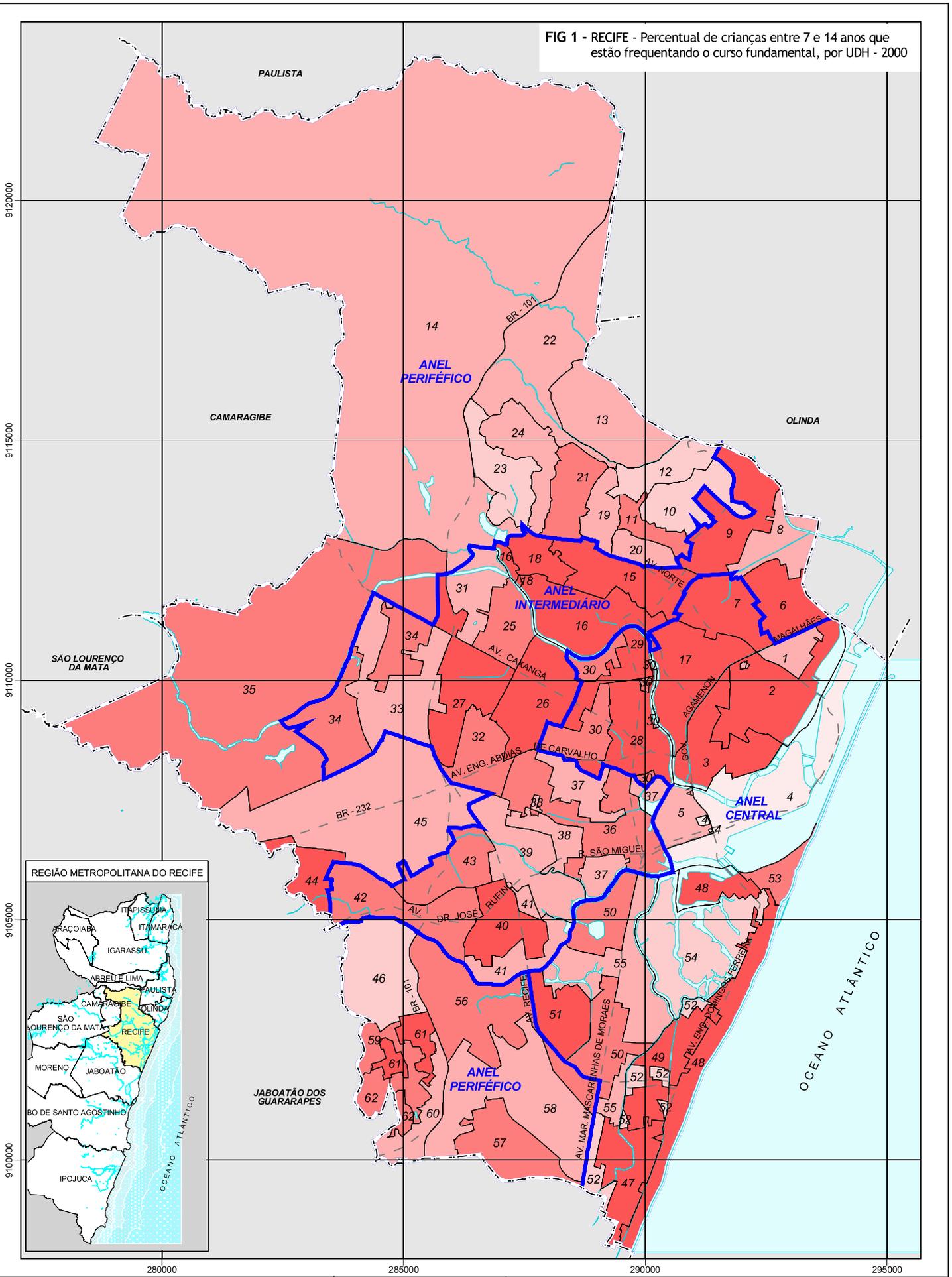
Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

No que concerne ao acesso, em todas as Unidades de Desenvolvimento Humano, os índices de cobertura identificados foram acima de 90%, à exceção do RECIFE-CENTRO (UDH 04). Além disso, em 88,7% delas o percentual situou-se acima de 93%, revelando a predominância do desempenho Médio, Médio Alto e Alto, classificação estabelecida segundo a média encontrada em cada uma das sessenta e duas UDHs (Tabela 11). Note-se que o acesso neste nível espacial intra-urbano acompanhou de perto os índices das metrópoles brasileiras analisadas e das capitais nordestinas, e foi superior aos municípios da Região Metropolitana. Considerando-se a configuração sócio-espacial da cidade em Anéis⁹, conforme estudo de Jan Bitoun (2005), observa-se que no Anel Central a média do acesso foi de 96,3%, no Intermediário 95,5% e no Periférico de 94,8%. Mesmo a UDH 04 (RECIFE CENTRO), com um desempenho Baixo, em 2000 tinha 86,8% de suas crianças na escola. Essa UDH pertence ao Anel Central e nela se encontra, além da Zona Especial de Interesse Social - Zeis Coelhos, uma das mais carentes, a comunidade do Pilar (Fig.1).

Entretanto, como nas outras espacialidades, são menores os percentuais de crianças freqüentando o ensino fundamental no ano 2000, em relação às que se encontravam na escola. Mesmo assim, em 74,2% do total das UDHs os índices atingiam 90% ou mais de crianças no fundamental. No Anel Central encontrou-se uma média de 92,1%, no Intermediário 92,4% e no Periférico 90,5%.

9. Breve descrição dos Anéis, das UDHs e Microrregiões correspondentes, é apresentada no quadro A, anexo.

FIG 1 - RECIFE - Percentual de crianças entre 7 e 14 anos que estão frequentando o curso fundamental, por UDH - 2000



LEGENDA

Crianças entre 7 e 14 anos que estão frequentando o curso fundamental (%)

83,1 - 88,0	89,1 - 91,3	95,1 - 96,0
88,1 - 89,0	91,4 - 95,0	

- CONVENÇÕES**
- LIMITE DE ANEL
 - LIMITE DE MICRORREGIÃO
 - LIMITE DE MUNICÍPIO
 - - - PRINCIPAIS VIAS
 - CURSO D'ÁGUA





De modo mais detalhado, é possível identificar que todas as crianças da UDH 17 formada pelos bairros das Graças, Aflitos, Derby e Espinheiro (Anel Central) estavam na escola, bem como 99,4% das que habitam a UDH 15, composta por parte do bairro de Casa Amarela e pelo bairro da Tamarineira (Anel Intermediário), e 99,1% das residentes na UDH 49, formada por parte do bairro da Boa Viagem, onde está situado o Shopping Center Recife (Anel Central). A UDH 17 (GRAÇAS/AFLITOS/DERBY/ESPINHEIRO) é formada por localidades em que a população apresenta melhores níveis de Desenvolvimento Humano, o mesmo ocorrendo com BOA VIAGEM-Shopping (UDH 49) e com CASA AMARELA/TAMARINEIRA (UDH 15). A UDH 17, que registrou os melhores níveis de escolarização do conjunto das UDHS recifenses, tinha 97,9% de suas crianças freqüentando o ensino fundamental, índice acima da média do Recife (91,3%) e equivalente aos padrões internacionais de universalização de um dado nível de ensino. Entretanto, ainda que o percentual de crianças cursando o ensino fundamental tenha sido maior do que a média do Recife, a UDH 15 (com 95,2%) e a UDH 49 (com 95,8%) não tinham atingido o patamar da universalização (Ver Gráfico 1).

Tabela 11

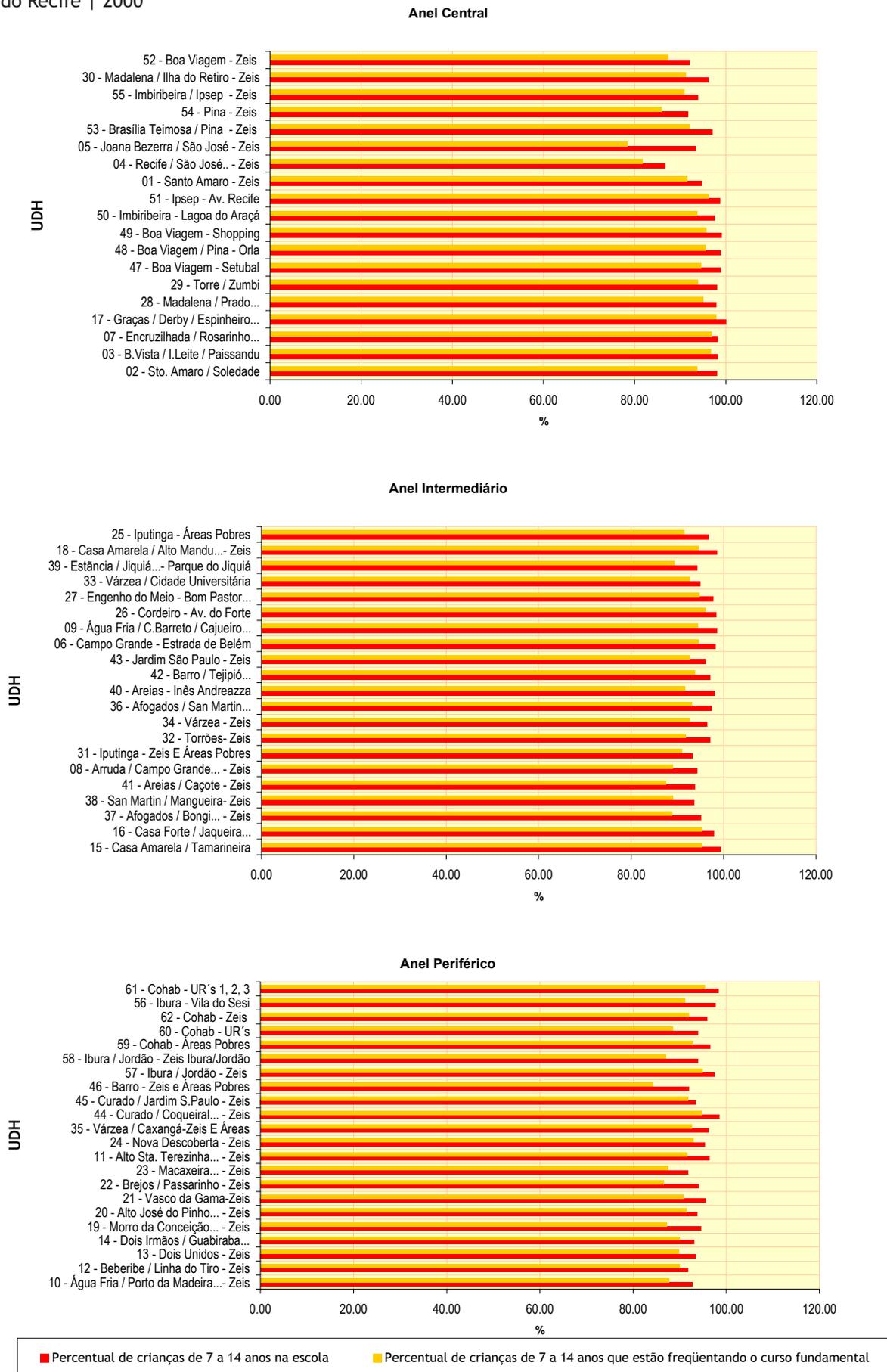
Distribuição das Unidades de Desenvolvimento Humano por padrões de desempenho conforme os percentuais de crianças com acesso à escola, e freqüentando o Ensino Fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos Recife | 2000

7 a 14 anos com acesso à escola			7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental		
Desempenho/Intervalo de classe (em %)	UDHs Quant.	%	Desempenho/Intervalo de classe (em %)	UDHs Quant.	%
Alto (97,8 a 100,0)	20	32,2	Alto (93,6 a 98,0)	22	35,5
Médio Alto (95,5 a 97,7)	16	25,9	Médio Alto (90,1 a 93,5)	21	33,9
Médio (93,1 a 95,4)	19	30,6	Médio (85,1 a 90,0)	16	25,8
Médio Baixo (90,1 a 93,0)	6	9,7	Médio Baixo (80,1 a 85,0)	2	3,2
Baixo (85,0 a 90,0)	1	1,6	Baixo (75,0 a 80,0)	1	1,6
Total	62	100,0	Total	62	100,0

Fonte: RECIFE. Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

Nas UDHS 05 (ILHA JOANA BEZERRA/SÃO JOSÉ) e 04 (RECIFE CENTRO-Zeis Coelhos/AP Comunidade do Pilar), ambas pertencentes ao Anel Central e na UDH 46 (BARRO), do Anel Periférico, encontravam-se os menores índices de crianças cursando o ensino fundamental, com, respectivamente, uma cobertura de 78,3%, 81,7% e 84,2%, todas abaixo da média recifense. A UDH 05, com características semelhantes às da UDH 04 (antes comentadas), é formada por partes da Ilha Joana Bezerra e do bairro de São José, sendo onde se localiza uma das comunidades mais pobres do Recife: a Zeis Coque. A UDH 46 compreende parte do bairro do Barro e abriga a Zeis Tejipió, Pacheco e Vila dos Milagres (Gráfico 1). De todo modo, não se pode deixar de reconhecer o aumento significativo das chances de acesso à escola e ao ensino fundamental para os contingentes pobres da população recifense.

Gráfico 1 - Percentual de crianças entre 7 a 14 anos na escola e no ensino fundamental por Anéis, segundo UDHs do Recife | 2000



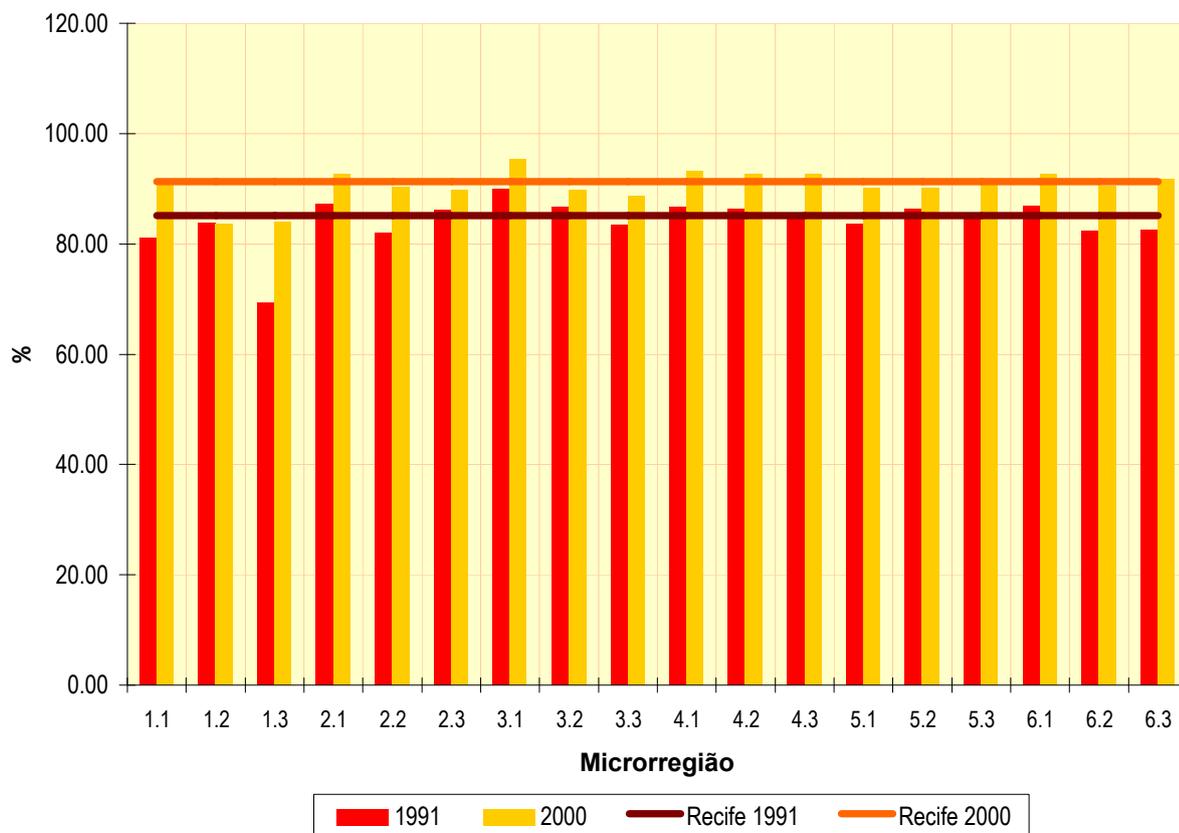
Fonte: RECIFE. Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.



Ao se considerar a distribuição das crianças pelas dezoito microrregiões político-administrativas do Recife, o menor percentual de acesso à escola foi de 90,1% encontrado na Microrregião 1.3. Essa é composta pela totalidade da Ilha Joana Bezerra, pelo Coque e pelos Coelhoos, contendo, pois, partes das UDHs 04 e 05 do Anel Central.

O maior percentual (98,7%), por seu turno, localizou-se na Microrregião 3.1, que compreende um conjunto de dezesseis bairros com diferentes perfis socioeconômicos,¹⁰ nela estando situadas partes da UDH 17 (do Anel Central), das UDHs de número 15 e 16 (CASA FORTE/PARNAMIRIM/JAQUEIRA/MONTEIRO), que pertencem ao Anel Intermediário, e da 14 (APIUCOS/DOIS IRMÃOS/SÍTIO DOS PINTOS/GUABIRABA) do Anel Periférico.

Gráfico 2 - Percentual de crianças entre 7 a 14 anos freqüentando a escola por Microrregiões Político-Administrativas do Recife | 1991 e 2000



Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

Como se sabe, o acesso à escola e ao ensino fundamental, ainda que seja uma das condições primeiras para se garantir a educação das crianças, não é suficiente para que haja um processo eficaz de escolarização, particularmente quando a maior parte da clientela é composta pelas pertencentes a famílias pobres ou situadas abaixo da linha da pobreza.

10. São eles: Aflitos, Alto do Mandu, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço da Panela, Santana, Sítio do Pintos e Tamarineira (Ver a relação completa dos bairros que compõem as microrregiões no quadro B, anexo).



É oportuno lembrar que os altos percentuais de atraso escolar são reflexos do fenômeno da repetência, já que o esperado é que uma criança de 14 anos esteja completando ou tenha completado sete anos de estudo e a de 10 anos quatro anos de estudo. Com base na Tabela 12, note-se que apenas a Microrregião 3.1 tinha menos de 25% de suas mais de 40% em nove microrregiões. A maior incidência de atraso foi detectada na de número 1.3 (59,0%), que também apresentou o maior percentual com menos de 4 anos de estudo (62,8%) e de analfabetas (15,0%). Nas microrregiões 3.1 e 6.1,¹¹ onde predominam áreas com populações mais ricas, foram encontrados os menores índices em termos de atraso escolar: respectivamente 20,1% e 27,9%; de analfabetismo funcional, 33,5% e 38,6%, e de analfabetismo, 5,5% e 10,9%.

Tabela 12

Percentual de indicadores de escolaridade da população de 7 a 14 anos por Microrregiões Político-Administrativas do Recife | 1991 e 2000

Microrregiões	Crianças de 7 a 14 anos (%)				Crianças de 10 a 14 anos (%)					
	Na Escola		Frequêntando o Ensino Fundamental		Com mais de 01 ano de atraso escolar		Com menos de 04 anos de estudo		Analfabetas	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
1.1	84,4	95,8	81,2	91,6	50,0	45,7	59,5	49,7	18,9	9,7
1.2	88,4	94,8	83,9	83,6	43,6	35,4	53,6	41,1	11,8	8,6
1.3	73,8	90,1	69,3	84,1	72,9	59,0	70,9	62,8	32,0	15,0
2.1	90,7	96,8	87,3	92,7	48,1	38,6	53,0	43,9	15,1	8,3
2.2	84,5	94,8	82,1	90,3	62,4	46,2	64,9	49,8	18,5	9,7
2.3	88,7	92,7	86,2	89,9	61,8	48,3	63,0	50,9	20,2	9,6
3.1	93,8	98,7	90,0	95,5	28,9	20,1	42,2	33,5	5,5	2,8
3.2	89,5	94,8	86,7	89,9	56,8	41,9	58,9	48,3	16,6	7,7
3.3	85,9	93,4	83,5	88,7	64,6	47,9	64,6	51,8	21,1	10,3
4.1	90,0	96,8	86,7	93,1	42,9	30,3	52,3	41,1	11,3	6,1
4.2	88,8	97,2	86,4	92,6	57,9	43,9	62,3	52,9	18,4	6,3
4.3	88,9	95,9	84,9	92,6	50,7	32,9	57,0	44,8	12,6	5,7
5.1	88,3	95,4	83,7	90,0	54,0	40,2	57,1	46,3	15,2	8,4
5.2	90,8	95,9	86,4	90,2	45,8	33,6	50,4	42,3	11,9	8,1
5.3	88,9	95,5	85,1	91,3	52,9	35,3	55,4	43,7	12,6	7,3
6.1	90,5	96,6	87,0	92,7	40,6	27,9	49,2	38,6	10,9	6,1
6.2	87,9	96,1	82,4	90,5	58,9	40,2	61,3	47,5	16,1	7,7
6.3	87,0	95,9	82,5	91,8	60,6	42,1	66,0	46,6	18,2	8,3
Recife	88,7	95,7	85,1	91,3	51,0	37,1	56,3	44,8	14,6	7,5

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

11. A MR 6.1 é formada pelos bairros de Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, IPSEP e Pina. Nela situam-se partes das UDHS 47, 48, 49, 50,51,52, 53,54 e 55, todas pertencentes ao Anel Central (Ver quadro B, anexo).



Tomando-se as UDHS como unidades de análise, 72,6% delas tinham mais de 25% de suas crianças com mais de um ano de atraso escolar. Dentre essas, 43,6% apresentaram percentuais acima de 47% e três (4,8%) entre 55,1 e 66% (Tabela 13). Pior desempenho tiveram as UDHS em relação ao segundo indicador (crianças entre 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo). De fato, em 96,8% das Unidades foram encontrados percentuais acima de 25%, e em 75,8% percentuais acima de 35%, o que significa índices altos de crianças em situação de vulnerabilidade por terem a condição de analfabetas funcionais.

Ainda que numa proporção bem menor, podem ser considerados altos os índices de analfabetismo do contingente em destaque. Enquanto no Recife se detectou um percentual de 6,2% nessa condição, em 23 UDHS (correspondentes a 37,1 % do total) o índice situou-se acima dessa média. Os piores desempenhos foram localizados na UDH 05-ILHA JOANA BEZERRA (16,8%), na UDH 41-AREIAS (15,2%) e na UDH 31- IPUTINGA (15,0%). Em 29,0% das UDHS houve um alto desempenho no que concerne às taxas de analfabetismo, por apresentarem valores entre 0,5 e 3,0%, patamar inferior à média recifense (Tabela 13).

Tabela 13

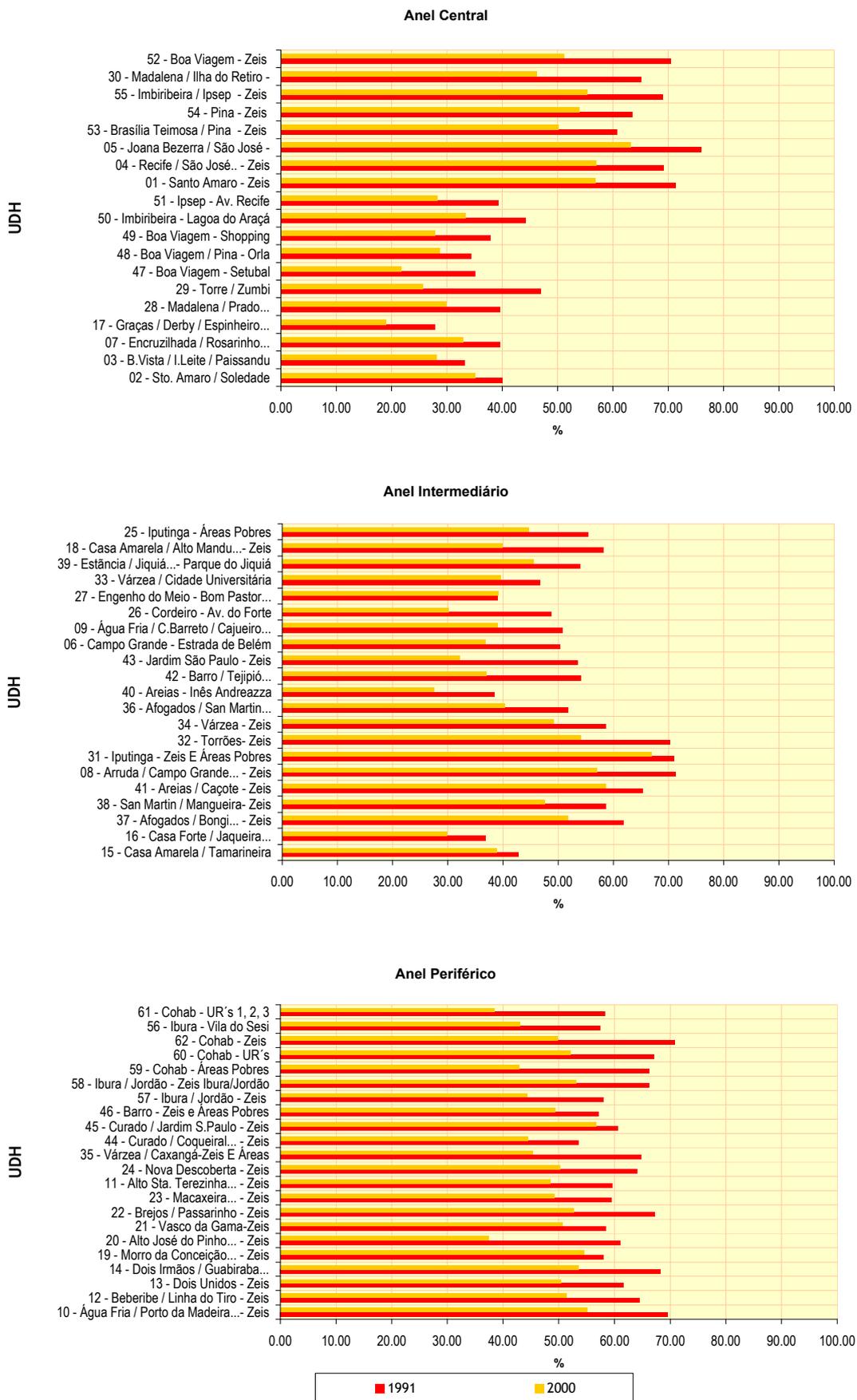
Distribuição das UDHS por padrões de desempenho conforme os percentuais de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar, com menos de 4 anos de estudo e analfabetas | Recife | 2000

Desempenho/Intervalo de classe (em %)	UDHS		Desempenho/Intervalo de classe (em %)	UDHS		Desempenho/Intervalo de classe (em %)	UDHS	
	Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%
Alto (2,0 a 15,0)	7	11,3	Alto (15,5 a 25,0)	2	3,2	Alto (0,5 a 3,0)	18	29,0
Médio Alto (15,1 a 25,0)	10	16,1	Médio Alto (25,1 a 36,0)	13	21,0	Médio Alto (3,1 a 6,0)	7	11,3
Médio (25,1 a 40,1)	15	24,2	Médio (36,1 a 47,0)	18	29,0	Médio (6,1 a 11,0)	25	40,4
Médio Baixo (41,0 a 55,0)	27	43,6	Médio Baixo (47,1 a 60,0)	27	43,6	Médio Baixo (11,1 a 14,5)	9	14,5
Baixo (55,1 a 66,0)	3	4,8	Baixo (60,1 a 70,0)	2	3,2	Baixo (14,6 a 17,0)	3	4,8
Total	62	100,0	Total	62	100,0	Total	62	100,0

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

O modo como essas desigualdades educacionais se distribuem pelo território recifense pode ser visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Percentual de crianças entre 10 a 14 anos de idade com menos de quatro anos de estudo por Anéis, segundo as UDHs | Recife | 1991 e 2000



Fonte: RECIFE. Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

De uma perspectiva comparada, observe-se que em dois dos três anéis foram encontradas UDHs com um percentual acima de 60% de crianças em situação de risco (com menos de 4 anos de estudo e portanto, analfabetas funcionais). Na UDH 31¹² do Anel Intermediário, houve o mais alto percentual de crianças nessa condição (66,8%), vindo em seguida a UDH 05 do Anel Central (com 63,2%), cujas características já foram comentadas. O maior percentual (56,7%) encontrado entre as UDHs do Anel Periférico foi menor do que os maiores detectados nas demais UDHs. A despeito de tal quadro, em 11 das 22 UDHs desse Anel, os índices alcançaram mais de 50%; em nove das UDHs, mais de 40% e nas duas restantes (UDH 20-ALTO JOSÉ DO PINHO/MANGABEIRA/parte da Zeis Casa Amarela e UDH 61-COHAB-URs 1 a 3) 37,4% e 38,4%, respectivamente. Perversamente, esse é o Anel mais homogêneo no que concerne à inexistência de fortes diferenças entre as UDHs que o compõem no que respeita à magnitude das desigualdades educacionais aí encontradas.

No Anel Intermediário, nas UDHs 40, 16 (respectivamente com 27,5% e 29,8%) e ainda na UDH 43 (com 32,1%) estavam os melhores índices de desempenho.¹³ Nas 19 restantes, os índices situaram-se acima de 37%, dentre as quais quatro superiores a 50%, cinco acima de 40%, além do registro do maior índice para esse indicador, antes comentado. Trata-se, portanto, de um Anel que abriga em alguns nichos crianças com melhor desempenho escolar, ao lado de um contingente significativo que vivencia a condição de analfabetas funcionais (Gráfico 3).

Perfis diferenciados assumem as Unidades do Anel Central. Esse congrega a UDH 17, com melhor desempenho (19,8%) no que concerne às crianças entre 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo. Observe-se que, em sete das 19 UDHs, o percentual de crianças com menos de quatro anos de estudo ficou abaixo de 30% e abaixo de 35% em três. Não obstante, nas restantes os percentuais situaram-se acima de 46%, revelando a presença de nichos formados por Unidades cujas crianças possuem níveis de escolarização altamente precários, convivendo lado a lado com UDHs em que as crianças apresentam melhores resultados.

Em síntese, ainda que tenha havido melhoria de todos os indicadores, quando se comparam os resultados dos censos de 1991 e 2000, continua precário o usufruto do ensino fundamental pelas crianças de 7 a 14 anos em um número significativo de localidades recifenses. No que concerne ao acesso à escola, a despeito de os percentuais de cobertura atingirem mais de 90% na maioria de suas UDHs, observou-se que trinta e cinco delas (cinco do Anel Central, dezoito do Intermediário e doze do Periférico) tinham índices de cobertura menores do que a média recifense, que atingia 95,7% do contingente de crianças nessa faixa etária. Fenômeno semelhante ocorreu com o indicador “frequência ao ensino fundamental”. Mesmo que, na maior parte, os percentuais estivessem acima de 80%, em vinte e nove das Unidades eles ficaram abaixo da média do Recife (91,3%).

12. A UDH 31 é composta pela Zeis Vila União, Barbalho, Airton Senna, São João e a área pobre Detran, bem como parte do bairro da Iputinga.

13. A UDH 40, que compreende parte do bairro de Areias, onde se edificaram vilas e o conjunto habitacional Inês Andreazza, conta, desde então, com escolas edificadas no mesmo período e com uma população cuja renda permitiu acesso a esse tipo de moradia planejada, mesmo abrigando a Zeis Cápua. A UDH 16 é formada pela totalidade dos bairros de Casa Forte, Jaqueira, Parnamirim e Santana e ainda parte do bairro de Monteiro (excluindo-se as quatro Zeis desse último bairro). Trata-se de território que teve uma ampla valorização imobiliária e que, além de inúmeros apartamentos de alto padrão, possui grandes equipamentos sociais e de serviços. Contudo, continuam existindo pequenas comunidades pobres em trechos da beira do Capibaribe e do riacho Parnamirim. Por fim a UDH 43 é composta pela maior parte do bairro de Jardim São Paulo, onde são encontrados loteamentos com casas unifamiliares e, ao mesmo tempo, comunidades pobres instaladas em alagados e em área de colina.



3.3 A Educação média

A exemplo do ensino fundamental, foi eleito um conjunto de indicadores relativos à escolarização da população na faixa etária de quinze a dezessete anos – em princípio a clientela do ensino médio – para a análise nos três primeiros níveis de espacialidade, os quais são apresentados e definidos no Quadro 3. Para a análise intra-urbana do Recife, os indicadores são apresentados adiante.

Quadro 3 - Indicadores selecionados sobre as condições de escolarização dos adolescentes de 15 a 17 anos

INDICADOR	DEFINIÇÃO
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o ensino médio	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o segundo grau seriado (atual ensino médio) ou cursos não-seriados equivalentes, como o supletivo.
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que ainda não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam, no mínimo, um ano de atraso escolar.
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau elevado de atraso escolar, ou seja, que são classificados como “analfabetos funcionais”, integrando a condição de população vulnerável.
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples e portanto, fazem parte da população vulnerável.

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

Nesse ponto, é oportuno lembrar a analogia que toma o ensino médio como sendo o “acabamento” da educação básica (CURY, 2002). Na medida em que a sua “base” (a educação infantil) é bastante frágil, do mesmo modo que o seu “tronco” (o ensino fundamental), as condições nas quais se vem dando a escolarização em nível médio não poderiam deixar de conter as repercussões do que ocorre nos níveis de ensino que o antecedem.

Como mostram os dados da Tabela 14, da mesma maneira como ocorreu com o processo de escolarização das crianças, ao se compararem os resultados dos Censos de 1991 e 2000, observa-se que houve um crescimento da população de adolescentes que *ingressou na escola* na última década, como também um aumento do número dos que passaram a *freqüentar o ensino médio*. Ao mesmo tempo, diminuíram os índices de retardo escolar e de analfabetismo. Entretanto, o percentual daqueles que estavam *freqüentando o ensino médio*, no ano 2000, era de apenas 34,53% dos adolescentes brasileiros (faixa de 15 a 17 anos), e nas grandes capitais esse percentual alcançava, em média, apenas 21,60% desse contingente. Comparando-se a freqüência ao ensino médio nas onze metrópoles estudadas, observa-se que os maiores percentuais atingiam a população de Curitiba (com 57,39%), São Paulo (com 54,42%) e Belo Horizonte (52,23%). Todavia, são estatísticas que revelam que quase a metade do contingente populacional em destaque não estava freqüentando esse nível de ensino. No Recife, 36,8% freqüentavam o ensino médio, índice apenas maior do que o da cidade de Fortaleza e Salvador. Tendo em vista tais dados, não causa surpresa o fato de que, no



Brasil, 60,20% do contingente da população de 15 a 17 anos não tinha concluído as oito séries da educação fundamental, seja por terem, pelo menos, um ano de atraso escolar ou por terem abandonado a escola. Nas onze maiores capitais, com exceção de Curitiba e São Paulo, tal condição atingia mais de 40% dos adolescentes, sendo que no Recife o percentual era de quase 60%.

Reforçando, ainda mais, o padrão das desigualdades, estava um contingente de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade por ser analfabeto ou por vivenciar a condição de “analfabeto funcional” (representada por aqueles com menos de quatro anos de estudo). Para o total das onze maiores capitais o percentual encontrado no ano 2000 foi de 7,22%, dos quais 1,3% era iletrado. De todo modo, são percentuais menores do que a média do País: 16,4% com menos de quatro anos de estudo, dentre os quais 4,0% totalmente analfabetos. Não por acaso, o fenômeno é mais grave nas capitais pertencentes às regiões Norte e Nordeste e, dentre estas, em Belém, Salvador e no Recife (Tabela 14).

Tabela 14

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos, clientela da Educação Média, segundo as metrópoles brasileiras | 1991 e 2000

Capitais	Na Escola (%)		Frequêntando o Ensino Médio (%)		Com menos de oito anos de estudo (%)		Com menos de quatro anos de estudo (%)		Analfabeta (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Belém	77,39	85,73	18,68	30,63	77,90	65,50	24,48	14,27	3,96	1,81
Belo Horizonte	67,96	86,78	24,88	52,23	71,64	43,31	12,62	5,35	2,33	0,94
Brasília	74,00	86,71	26,95	45,14	69,01	50,39	14,94	6,07	2,87	1,02
Curitiba	63,84	82,17	31,93	57,39	58,75	31,02	10,21	5,10	1,51	0,66
Fortaleza	68,41	84,24	18,87	37,69	77,93	57,98	28,05	11,72	8,75	2,96
Goiânia	71,34	87,33	23,83	47,56	71,57	47,26	16,77	6,76	2,49	0,72
Porto Alegre	68,77	83,24	35,25	49,79	55,98	41,40	9,85	6,00	2,30	1,12
Recife	70,88	84,33	21,80	36,78	75,04	59,69	19,97	12,87	7,96	3,70
Rio de Janeiro	73,14	85,33	31,02	47,43	61,66	46,63	13,14	6,94	2,51	1,14
Salvador	75,77	88,47	18,79	33,01	78,56	64,09	24,91	13,00	5,89	2,30
São Paulo	68,57	84,27	28,80	54,42	63,50	38,49	11,19	5,90	2,02	0,93
Total	60,00	72,20	21,53	21,60	58,80	41,98	14,31	7,22	3,27	1,33
BRASIL	55,11	77,72	15,73	34,53	80,27	60,20	30,28	16,38	11,41	4,01

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

No segundo nível de espacialidade aqui em análise – as capitais nordestinas – o *ingresso dos adolescentes na escola* aumentou em 17,93% entre os anos 1991 e 2000, enquanto o aumento da *frequência ao ensino médio* foi de 81,3%. Todavia, essa *performance* nordestina não vai além de uma pequena abertura das portas de acesso à escola para o contingente populacional em análise, como registram os dados da Tabela 15.

Tabela 15

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos, clientela da Educação Média, segundo as capitais do Nordeste | 1991 e 2000

Capitais	Na Escola (%)		Frequêntando o Ensino Médio (%)		Com menos de oito anos de estudo (%)		Com menos de quatro anos de estudo (%)		Analfabeta (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Aracaju	76,12	86,38	18,51	33,91	79,36	63,48	26,56	14,95	7,80	3,38
Fortaleza	68,41	84,24	18,87	37,69	77,93	57,98	28,05	11,72	8,75	2,96
João Pessoa	71,71	84,47	21,76	34,47	75,44	62,30	29,63	18,37	11,36	3,36
Maceió	64,02	78,60	16,36	27,18	80,98	69,68	31,83	22,93	15,67	8,05
Natal	71,19	85,59	21,86	38,64	75,23	56,77	22,77	10,79	8,78	3,02
Recife	70,88	84,33	21,80	36,78	75,04	59,69	19,97	12,87	7,96	3,70
Salvador	75,77	88,47	18,79	33,01	78,56	64,09	24,91	13,00	5,89	2,30
São Luís	76,02	87,09	22,76	42,48	73,05	53,72	20,23	9,86	5,51	1,92
Teresina	73,90	85,14	12,86	30,01	85,69	67,47	33,54	16,86	9,37	3,49
Total	72,00	84,92	19,28	34,96	77,92	61,68	26,38	15,59	9,01	3,56
BRASIL	55,11	77,72	15,73	34,53	80,27	60,20	30,28	16,38	11,41	4,01

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

De fato, 61,68% da população de 15 a 17 anos possuía, em 2000, menos de oito anos de estudo, significando que ainda sequer completara a educação fundamental, explicitando os limites deste último nível em termos da sua universalização. Dentre as capitais nordestinas, esse retardo escolar mostrava-se maior nas cidades de Maceió (atingindo quase 70% dos seus adolescentes), Teresina (67,47%), Salvador (64,09%), Aracajú (63,48%) e João Pessoa (62,30%). O Recife, com quase 60% dos seus adolescentes nessa situação, apresentou pior desempenho do que Fortaleza, Natal e São Luís.

No que se refere às condições de vulnerabilidade desse contingente populacional, a proporção de jovens com menos de quatro anos de estudo nas nove capitais do Nordeste, no ano 2000, foi de 15,59%, dos quais 3,6% tinham a condição de totalmente analfabetos. Essa condição de vulnerabilidade era menor em São Luís, Natal e no Recife. Os maiores índices foram encontrados nas cidades de Maceió (22,9% dos quais 8,0% de analfabetos), João Pessoa e Teresina (Tabela 15).

Nos municípios componentes da Região Metropolitana do Recife (RMR), as condições de frequência dos adolescentes ao ensino médio também se mostraram mais precárias do que nos dois outros níveis espaciais aqui referidos (Ver Tabela 16). Em média, do total dos 78,9% que estavam na escola, apenas 24,9% estavam cursando no ano 2000. Portanto, mesmo tendo aumentado significativamente o percentual dos que passaram a frequentar o ensino médio (ao se compararem os resultados dos dois Censos), permaneceu bastante alto o índice dos que estão, ainda, no ensino fundamental. Dentre os quatorze municípios da RMR, os maiores índices pertenciam a Igarassu, Araçoiaba e São Lourenço da Mata. Paulista e o Recife detinham as melhores condições.

São ainda os dados da Tabela 16 que evidenciam o significativo número dos que não haviam concluído o ensino fundamental, ou por abandono ou por retardo no processo de escolarização. Em tal situação encontravam-se 71,94% da população de 15 a 17 anos da RMR no ano 2000. Em nove dos quatorze municípios, o fenômeno atingia mais de



70% do contingente populacional na faixa etária em destaque, encontrando-se a maior incidência em Ipojuca (85,61%) e em Araçoiaba (85,52%), ao passo que em Paulista e no Recife localizavam-se os menores índices, todavia atingindo quase 60% dos seus adolescentes. Observe-se, ainda, que na RMR como um todo, estavam 19,15% de adolescentes que não tinham completado os quatro anos de estudo correspondentes às quatro primeiras séries da educação fundamental, dos quais 5,94% tinham a condição de analfabetos. Os piores índices do primeiro e do segundo indicador foram localizados em Ipojuca (30% e 11,3%), Araçoiaba (27,6% e 11,25%) e Itapissuma (27,1% e 11,1%). No contexto dos quatorze municípios da RMR, Paulista, Abreu e Lima e o Recife foram as cidades cujos percentuais de adolescentes em situação vulnerável eram menores.

Tabela 16

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos, clientela da Educação Média, segundo os municípios da Região Metropolitana do Recife | 1991 e 2000

Municípios	Na Escola (%)		Frequêntando o Ensino Médio (%)		Com menos de oito anos de estudo (%)		Com menos de quatro anos de estudo (%)		Analfabeta (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Abreu e Lima	65,23	78,14	9,13	28,42	88,76	68,02	23,57	12,40	8,23	3,65
Araçoiaba	46,35	71,31	2,28	13,04	97,54	85,52	53,83	27,55	32,26	11,20
Cabo de Santo Agostinho	64,34	77,72	8,96	24,51	89,67	72,28	35,74	19,63	14,48	5,39
Camaraçibe	65,57	81,02	11,04	26,54	86,66	69,79	23,15	16,91	9,04	5,03
Igarassu	60,87	76,91	8,40	21,10	90,48	73,11	33,54	16,22	18,65	3,72
Ipojuca	51,41	69,86	2,95	12,96	96,36	85,61	43,75	29,97	26,30	11,29
Itamaracá	61,60	86,29	11,71	24,78	85,54	71,12	29,66	14,18	13,19	4,52
Itapissuma	57,80	72,70	8,70	18,49	89,65	79,67	33,05	27,07	13,02	11,09
Jaboatão dos Guararapes	64,98	79,05	14,47	29,40	82,86	66,77	24,54	17,31	10,34	5,14
Moreno	58,58	78,86	10,78	19,07	86,94	78,73	33,82	26,64	19,21	6,85
Olinda	73,86	83,15	19,55	34,47	78,16	61,58	19,25	14,46	7,67	3,66
Paulista	77,86	84,50	18,91	37,11	79,25	59,44	17,38	11,17	5,43	2,60
Recife	70,88	84,33	21,80	36,78	75,04	59,69	19,97	12,87	7,96	3,70
São Lourenço da Mata	54,64	81,09	6,59	21,67	90,85	75,88	33,37	21,80	15,84	5,36
Total	62,41	78,92	11,09	24,87	86,98	71,94	30,33	19,15	14,40	5,94
Pernambuco	54,18	74,37	11,32	22,28	86,73	74,83	39,67	26,59	21,37	9,01
BRASIL	55,11	77,72	15,73	34,53	80,27	60,20	30,28	16,38	11,41	4,01

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

3.3.1 O Ensino médio no contexto intra-urbano recifense

A análise intra-urbana das condições de escolaridade dos jovens recifenses (clientela do ensino médio) foi desenvolvida a partir dos indicadores apresentados no Quadro 4, com suas respectivas definições.

É oportuno lembrar que, no ano 2000, do total da população recifense entre 15 e 17 anos de idade (a clientela do ensino médio) 84,3% estavam na escola. Tomando-se esse indicador e tendo por referência a configuração intra-urbana do Recife, observa-se que em 16 das 62 UDHs o percentual de ausentes da escola era de, aproximadamente, um terço. Na UDH 05 (ILHA JOANA BEZERRA) foi encontrado o menor índice de cobertura (58,7%) e na UDH 16 (GRANDE CASA FORTE) o maior (99,1%). Considerando-se as classes de desempenho, construídas com base na média de cada uma das Unidades, apenas 12,9%



do total apresentou um alto desempenho (situando-se entre 94,4% e 99,1%), ao passo que 51,6% das 62 unidades apresentaram, em termos agregados, desempenho médio, médio baixo e baixo (Tabela 17).

Quadro 4 - Indicadores selecionados sobre as condições de escolarização dos adolescentes de 15 a 17 anos

INDICADOR	DEFINIÇÃO
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o ensino médio	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o segundo grau seriado (atual ensino médio) ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo.
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau elevado de atraso escolar. Ou seja, que são classificados como “analfabetos funcionais”, integrando a condição de população vulnerável
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples e, portanto, fazem parte da população vulnerável.

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

O problema do atraso escolar dos adolescentes aparece com bastante nitidez ao se levar em conta que, no Recife, do total que estava na escola, apenas 36,8% cursavam o ensino médio, o que significa dizer que 63,2% freqüentavam, ainda, o ensino fundamental. Trata-se de uma situação emblemática da indicação de que muitos se encontram represados sem conseguir percorrer o fluxo esperado do processo de escolarização.

Tabela 17

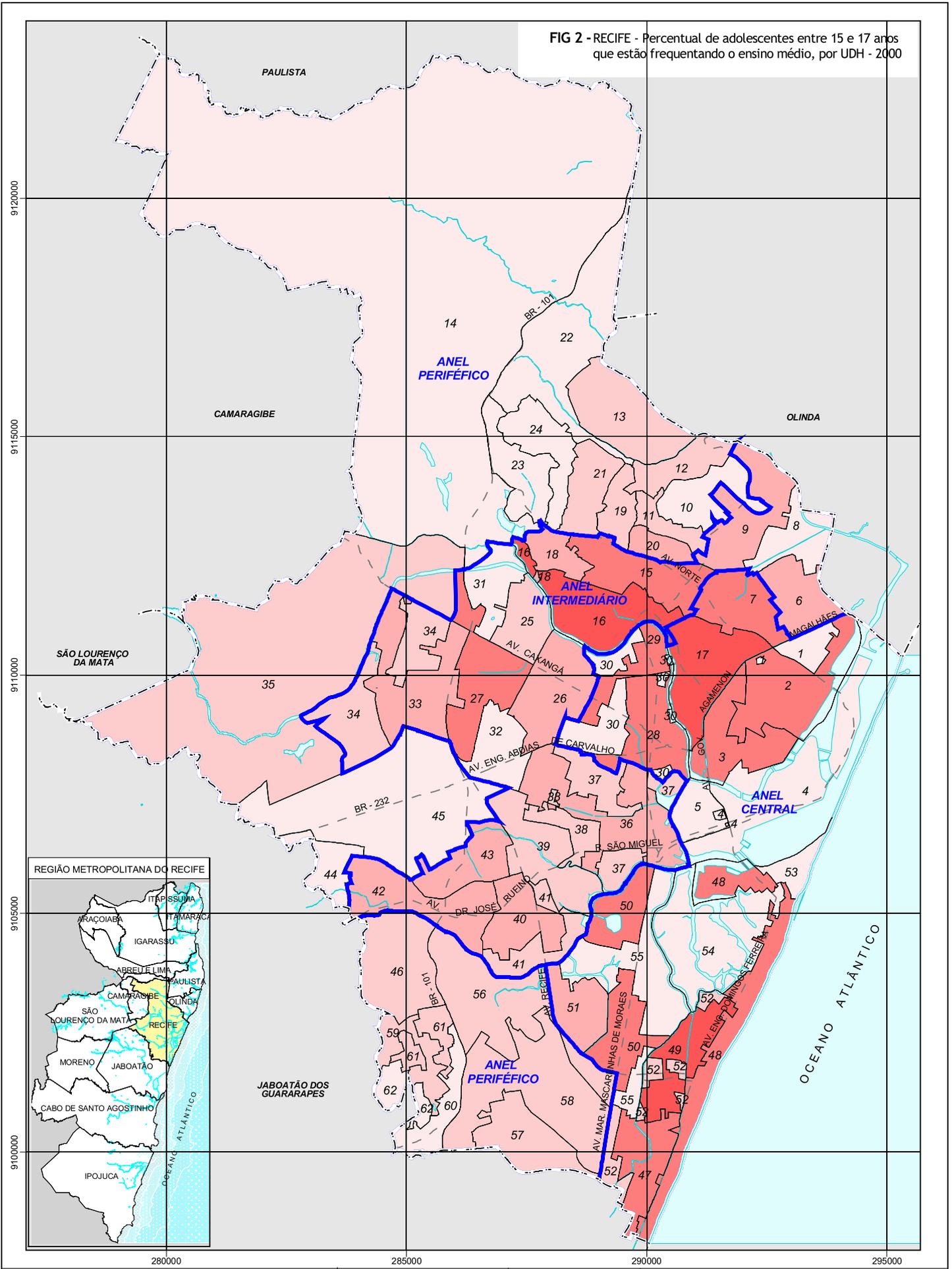
Percentual dos adolescentes de 15 a 17 anos na escola e freqüentando o Ensino Médio por classes de desempenho, segundo as Unidades de Desenvolvimento Humano | Recife | 2000

15 a 17 anos na Escola			15 a 17 anos freqüentando o Ensino Médio			
Desempenho/ Intervalo de classe (em %)	UDHs		Desempenho/ Intervalo de classe (em %)	UDHs		
	Quant.	%		Quant.	%	
Alto (94,1 a 100,0)	8	12,9	Alto (70,1 a 81,0)	3	5,0	
Médio Alto (85,7 a 94,0)	22	35,5	Médio Alto (55,1 a 70,0)	10	16,2	
Médio (78,6 a 85,6)	19	30,6	Médio (38,1 a 55,0)	11	17,6	
Médio Baixo (60,0 a 78,5)	12	19,4	Médio Baixo (25,1 a 38,0)	19	30,6	
Baixo (55,0 a 60,0)	1	1,6	Baixo (5,0 a 25,0)	19	30,6	
Total	62	100,0	Total	62	100,0	

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

As condições da escolarização dos adolescentes, segundo as diversas Unidades de Desenvolvimento Humano, podem ser sinteticamente visualizadas na Fig. 2. A Tabela 17 mostra o número de UDHs segundo as classes de desempenho. De uma perspectiva comparada, 78,8% das UDHs concentraram-se no desempenho médio, médio baixo e baixo, no que respeita à proporção dos que freqüentavam o ensino médio em 2000.

FIG 2 - RECIFE - Percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos que estão frequentando o ensino médio, por UDH - 2000



LEGENDA

Adolescentes entre 15 e 17 anos frequentando o ensino médio (%)

5,0 - 25,0	38,1 - 55,0	70,1 - 81,0
25,1 - 38,0	55,1 - 70,0	

CONVENÇÕES

- LIMITE DE ANEL
- LIMITE DE MICORREGIÃO
- LIMITE DE MUNICÍPIO
- PRINCIPAIS VIAS
- CURSO D'ÁGUA





Novamente, a UDH 05 destaca-se negativamente por apresentar o menor percentual de adolescentes no ensino médio (5,4%), e a UDH 17, positivamente, por apresentar o maior (80,2%), o que ratifica o fato de as desigualdades educacionais serem extremamente agudas no Anel Central em áreas tão próximas (Tabela 18).

Tabela 18

Percentuais de crescimento do acesso ao Ensino Médio entre os adolescentes, segundo as UDHS que apresentaram em 2000 o melhor e o pior desempenho | Recife | 1991 e 2000

Cód. UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano - UDH	Anéis	15 a 17 anos no ensino médio		B/A (%)
			1991(A)	2000(B)	
UNIDADES COM MAIOR QUANTIDADE DE ADOLESCENTES NO ENSINO MÉDIO					
17	GRAÇAS / AFLITOS / DERBY / ESPINHEIRO	Central	64,2	80,2	25,0
49	BOA VIAGEM - Shopping	Central	46,1	79,2	72,0
16	CASA FORTE / PARNAMIRIM / JAQUEIRA / MONTEIRO	Intermediário	41,5	71,5	72,3
15	CASA AMARELA / TAMARINEIRA	Intermediário	46,1	69,1	49,9
2	SANTO AMARO / SOLEDADE - Vilas Naval e Operária	Central	49,1	68,7	40,0
47	BOA VIAGEM - Setúbal	Central	48,4	67,7	39,8
48	BOA VIAGEM / PINA - Orla, Av. Herculano Bandeira	Central	45,6	67,6	48,3
3	BOA VISTA / ILHA DO LEITE / PAISSANDU	Central	48,7	66,9	37,4
29	TORRE / ZUMBI	Central	38,3	66,3	73,1
28	MADALENA / ILHA DO RETIRO / PRADO	Central	38,4	64,9	69,0
50	IMBIRIBEIRA - Lagoa Araçá, Mascarenhas de Moraes	Central	38,4	60,1	56,5
27	ENG° DO MEIO / CORDEIRO / IPUTINGA - Bom Pastor	Intermediário	34,0	59,4	75,0
40	AREIAS - Ines Andreazza, Vila Cardeal e Silva	Intermediário	27,9	53,4	91,3
UNIDADES COM MENOR QUANTIDADE DE ADOLESCENTE NO ENSINO MÉDIO					
5	ILHA JOANA BEZERRA / SÃO JOSÉ - Zeis Coque	Central	5,9	5,4	-0,5
1	SANTO AMARO - Zeis: Santo Amaro e João de Barros	Central	12,3	10,9	-1,4
45	CURADO / JARDIM S.PAULO - Zeis Planeta dos Macacos	Periférico	8,9	15,6	75,3
22	BREJOS: DA GUABIRABA e DE BEBERIBE - Zeis C. Amarela	Periférico	3,9	17,3	343,0
62	COHAB - Zeis UR 5/Três Carneiros	Periférico	5,2	17,9	300,0
10	ÁGUA FRIA / FUNDÃO - Zeis: C. Amarela e Fundão Fora	Periférico	8,0	19,8	147,5
60	COHAB - AP URs 10, 4, 5 / R Francisco Vitoriano	Periférico	11,1	19,6	76,6
8	CAMPO GRANDE / CAMPINA BARRETO - Zeis Campo Grande	Periférico	5,3	18,8	354,0
31	IPUTINGA - Zeis Vila União / AP Detran	Intermediário	5,6	18,8	337,0
24	NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	Periférico	8,6	20,2	235,0
30	MADALENA / TORRE - Zeis: Sítios Cardoso e Berardo	Central	18,8	20,8	10,6
14	APIUCOS / DOIS IRMÃOS / S.DOS PINTOS / GUABIRABA	Periférico	10,9	21,5	97,2
55	IMBIRIBEIRA - Zeis: Sítio Grande e Aritana	Central	8,8	21,9	249,0
Anel Central			32,5	46,6	43,4
Anel Intermediário			23,2	41,6	79,3
Anel Periférico			11,9	26,8	125,0
Recife			21,8	36,8	68,8

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

Das 19 Unidades do Anel Central, nove tinham mais de 60,0% dos seus adolescentes no Ensino Médio. Em conjunto com a UDH 15 - CASA AMARELA/TAMARINEIRA (69,1%) e a UDH 16 - CASA FORTE/PARNAMIRIM/JAQUEIRA (71,5%), do Anel Intermediário, relativamente, foram essas as que obtiveram os melhores desempenhos em termos relativos. Os piores se fazem maciçamente presentes em todos os três anéis, tal como registra a Fig.2.



Todavia, não se pode deixar de levar em conta que o acesso ao ensino médio foi o que mais cresceu dentre os três níveis de ensino em análise, quando se comparam os resultados dos Censos de 1991 e 2000. Vale lembrar que o incremento do contingente de crianças no ensino fundamental foi de 7,3% no Recife como um todo, 7,0% no Anel Central, 8,3% no Intermediário e 8% no Periférico, ao passo que, no ensino médio, o Recife teve um incremento de 68,8% de adolescentes de 15 a 17 anos: de uma cobertura de 21,8% em 1991, passou-se para uma cobertura de 36,8%. Note-se que, dentre os anéis, o que teve o maior aumento (125%) foi o Periférico, que passou de 11,9% para 26,8%. Em seguida, a melhor *performance* foi verificada no Anel Intermediário (79,3%). O Central passou de um percentual de 32,5% para 46,4%, com um incremento da ordem de 43,4% (Tabela 18).¹⁴

Dentre as 13 UDHS (20% do total) que apresentaram os maiores percentuais de acesso ao nível de ensino médio, na de número 40 - AREIAS (do Anel Intermediário), o índice de crescimento atingiu 91,3%, vindo em seguida a UDH 29 - TORRE/ZUMBI no Anel Central (73,1%) e a UDH 16 - CASA FORTE/PARNAMIRIM/JAQUEIRA (Anel Intermediário), com 72,3% e, ainda, a Unidade 49 - BOA VIAGEM-Shopping (Anel Central), com 72,3%. Dentre as que tiveram os menores percentuais, a UDH 05 - ILHA JOANA BEZERRA e a 01 - RECIFE CENTRO diminuíram a proporção dos que freqüentavam o Ensino Médio (em respectivamente 0,5% e 1,4%). Ainda que quatro UDHS tenham tido entre 300% ou mais de crescimento e em três o incremento tenha ficado acima de 140%, tal evolução deve ser observada tendo-se em conta que a base inicial (1991) era muito pequena, ou seja, mesmo depois de tamanho crescimento, o indicador era, no ano 2000, ainda muito inferior ao das UDHS do Anel Central e de algumas do Anel Intermediário.

Mesmo que os adolescentes não estivessem freqüentando o ensino médio, em princípio, todos deveriam ter oito anos de estudo, o correspondente à educação fundamental. Por isso podem ser considerados altos os percentuais com menos de quatro anos de estudo e, pior ainda, de analfabetos.

Tomando-se o comportamento desses dois indicadores em relação aos adolescentes que residiam nas dezoito microrregiões político-administrativas, note-se que o maior índice dos que tinham menos de quatro anos de estudo foi encontrado na de número 1.3 (32,4%), destacando-se, ainda, o fato de que houve uma involução na década. Isso ao se considerar que, de um percentual de 28,9% em 1991, passou-se para 32,4% em 2000. Em 15 das microrregiões, os percentuais atingiam mais de 10%, destacando-se a MR 3.3 com 17,4% nessa condição e a de número 4.2 com 16,2%. No que concerne ao analfabetismo, a Microrregião 1.3, mesmo conseguindo reduzi-lo em mais de 50%, permaneceu com o pior desempenho dentre as demais (Tabela 19).

14. É importante sublinhar que os dados da Tabela 18 permitem verificar que entre as 13 UDHS (20% do total) que apresentaram melhores desempenho, não se situou nenhuma das UDHS do Anel Periférico, Anel que possui o maior grau de desigualdades educacionais e o maior número de áreas pobres. No que concerne às 20% com os piores desempenhos, ainda que tenham predominado as do Anel Periférico, elas também se fizeram presentes no Central e no Intermediário, espelhando o modo de distribuição das desigualdades na espacialidade intra-urbana recifense.

Tabela 19

Percentual de indicadores de escolarização dos adolescentes de 15 a 17 anos por Microrregião Político-Administrativa do Recife | 1991 e 2000

Microrregião	15 a 17 anos na escola (%)		15 a 17 anos no ensino médio (%)		15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo (%)		15 a 17 anos analfabetos (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
1.1	65,3	86,8	25,9	30,2	21,3	12,9	11,1	7,2
1.2	78,5	88,3	36,3	42,6	13,3	10,3	8,9	4,9
1.3	61,7	64,9	11,5	14,0	28,5	32,5	21,1	10,2
2.1	74,4	81,7	20,9	36,4	20,5	14,3	10,2	5,2
2.2	65,4	83,7	12,7	27,1	22,6	14,0	11,1	4,9
2.3	73,6	81,7	13,1	30,6	22,0	12,8	10,5	6,1
3.1	81,5	94,4	41,2	63,2	11,2	6,1	5,3	1,6
3.2	72,9	86,0	12,7	33,9	18,0	13,8	9,3	5,2
3.3	61,5	76,5	7,9	19,4	26,6	17,4	13,8	6,9
4.1	76,7	84,8	27,7	42,5	19,3	11,9	8,2	3,4
4.2	66,7	79,4	15,3	29,2	27,5	16,3	13,0	4,8
4.3	74,4	87,2	21,1	38,3	18,6	10,9	9,1	3,4
5.1	64,8	83,1	18,8	37,3	23,9	13,4	10,1	5,4
5.2	72,5	88,9	23,5	40,3	19,8	9,6	8,6	4,7
5.3	66,4	83,2	20,9	31,2	22,5	14,5	8,7	4,0
6.1	75,5	86,3	33,1	47,5	14,2	10,8	7,6	3,6
6.2	66,5	82,5	14,1	30,3	19,3	13,8	9,6	5,1
6.3	64,6	84,2	12,6	24,7	25,4	13,0	10,5	4,6
Recife	70,9	84,3	21,8	36,8	20,0	12,9	9,5	4,6

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

A comparação do percentual encontrado em cada uma das sessenta e duas UDHS permite a classificação dos desempenhos dos dois indicadores em evidência (analfabetismo e analfabetismo funcional). Os dados da Tabela 20 mostram que 45,2% das Unidades obtiveram um desempenho alto e médio alto no que concerne ao percentual de adolescentes com menos de quatro anos de estudo. Em 43,5% o desempenho foi médio, em 9,6% médio baixo e em apenas uma¹⁵ o desempenho foi baixo.

Tabela 20

Distribuição de Unidades de Desenvolvimento Humano com percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo e percentual de analfabetos, por classes de desempenho | Recife | 2000

Desempenho/Intervalos	com menos de 4 anos de estudo		analfabeto		
	UDHs		UDHs		
	Quant.	%	Desempenho/Intervalos	Quant.	%
Alto (0,0 - 7,0)	14	22,6	Alto (0,0 - 2,6)	22	35,5
Médio Alto (7,1 - 12,0)	14	22,6	Médio Alto (2,7 - 5,2)	15	24,2
Médio (12,1 - 19,0)	27	43,6	Médio (5,3 - 8,0)	20	32,2
Médio Baixo (19,1 - 30,0)	6	9,6	Médio Baixo (8,1 - 10,0)	4	6,4
Baixo (30,1 - 45,0)	1	1,6	Baixo (10,1 - 13,0)	1	1,6
Total	62	100,0	Total	62	100,0

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

15. Como se verá adiante, trata-se da UDH 05 (ILHA JOANA BEZERRA/SÃO JOSÉ- Zeis Coque).



Os percentuais de adolescentes analfabetos encontrados em todas as Unidades foram menores do que entre as crianças de 7 a 14 anos, fenômeno que indica, mais uma vez, que o processo de escolarização vem ocorrendo tardiamente, e o que se tem conseguido com melhor êxito é a superação do analfabetismo. De uma perspectiva agrupada, 35,5% das UDHs tiveram um desempenho Alto, 32,2% desempenho Médio, 24,2% Médio Alto e o restante Médio Baixo e Baixo (Tabela 20).

O percentual de adolescentes com menos de quatro anos de estudo diminuiu significativamente na década, tanto na Cidade do Recife, como nos Anéis Intermediário e Periférico. Dentre o conjunto das 13 UDHs com melhor desempenho (que representam 20% do total), 69,2% pertencem ao Anel Central e as restantes ao Anel Intermediário. Nenhuma das Unidades do Anel Periférico integrou esse grupo das 20% com melhores resultados do indicador em análise. Nele destacou-se a UDH 29 (TORRE/ZUMBI), do Anel Central, por não possuir nem um adolescente na condição em foco. Merecem também destaque as UDHs 03 (BOA VISTA/ILHA DO LEITE/PAISSANDU) e 17 (GRAÇAS/AFLITOS/ESPINHEIRO), ambas do Anel Central, e a UDH 18 (Parte de CASA AMARELA-Zeis Alto do Mandu/Sta.Izabel), do Anel Intermediário, na medida em que abrigavam um ínfimo percentual de adolescentes com menos de quatro anos de estudo: respectivamente 1,5%, 2,3% e 3,5%. Note-se que na quase totalidade desse conjunto foi significativa a diminuição da quantidade que tinha essa condição no ano de 1991 (Tabela 21).

No conjunto formado pelas 20% que apresentaram os piores índices do indicador em análise, 38,4% são UDHs do Anel Central, 30,8% do Anel Intermediário, sendo este último percentual o mesmo encontrado no Anel Periférico, ou seja, em todos os Anéis há um percentual significativo de adolescentes em situação de vulnerabilidade, por possuírem menos de quatro anos de estudo. A situação mais grave foi detectada na UDH 05 (ILHA JOANA BEZERRA), tanto pelo alto percentual, quanto por ter tido uma involução na década. Em 1991, essa Unidade tinha 32,7% de adolescentes na condição em análise e em 2000 esse índice subiu para 42,9%. Embora em proporções bem menores, a UDH 54 (PINA-Zeis Pina/Encanta Moça e Ilha de Deus), desse mesmo Anel, também sofreu uma involução, qual seja: de 20% passou para 20,5%. Preocupa ainda a situação encontrada na UDH 45 - CURADO/JARDIM S.PAULO, que inclui a Zeis Planeta dos Macacos (Anel Periférico), uma vez que revelou piora da situação na década: de um percentual de 28,8% em 1991, passou para 28,2% em 2000 (Tabela 21).

Tabela 21

Percentuais de adolescentes com menos de quatro anos de estudo, segundo as Unidades de Desenvolvimento Humano, que apresentaram em 2000 os piores e os melhores desempenhos | Recife | 1991 e 2000

Cód. UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano - UDH	Anéis	15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo (%)	
			1991	2000
Unidades com menor quantidade de adolescentes com menos de 4 anos de estudo				
29	TORRE / ZUMBI	Central	15,2	0,0
3	BOA VISTA / ILHA DO LEITE / PAISSANDU	Central	4,5	1,5
17	GRAÇAS / AFLITOS / DERBY / ESPINHEIRO	Central	4,7	2,3
18	CASA AMARELA - Zeis Alto Mandu/Sta. Isabel	Intermediário	18,2	3,5
49	BOA VIAGEM - Shopping	Central	13,9	4,1
50	IMBIRIBEIRA - Lagoa Araçá, Mascarenhas de Morais	Central	7,8	4,3
15	CASA AMARELA / TAMARINEIRA	Intermediário	5,9	4,7
47	BOA VIAGEM - Setúbal	Central	9,5	5,5
40	AREIAS - Ines Andreazza, Vila Cardeal e Silva	Intermediário	13,1	6,1
6	CAMPO GRANDE - Estrada de Belém, Zeis Ilha Joaneiro	Intermediário	17,8	6,3
48	BOA VIAGEM / PINA - Orla, Av. Herculano Bandeira	Central	8,5	6,4
51	IPSEP - Av. Jean Emile Favre, Av. Recife	Central	9,4	6,5
2	SANTO AMARO / SOLEDADE - Vilas Naval e Operária	Central	6,8	6,6
Unidades com maior quantidade de adolescentes com menos de 4 anos de estudo				
5	ILHA JOANA BEZERRA / SÃO JOSÉ - Zeis Coque	Central	32,7	42,9
45	CURADO / JARDIM S.PAULO - Zeis Planeta dos Macacos	Intermediário	28,8	28,2
8	CAMPO GRANDE / CAMPINA BARRETO - Zeis Campo Grande	Intermediário	31,6	27,9
31	IPUTINGA - Zeis Vila União / AP Detran	Intermediário	27,4	22,4
52	BOA VIAGEM - Zeis: Entra-Apulso e Ilha do Destino	Central	28,0	21,1
14	APIPUCOS / DOIS IRMÃOS / S.DOS PINTOS / GUABIRABA	Intermediário	31,8	21,1
54	PINA - Zeis: Pina/Encanta Moça e Ilha de Deus	Central	20,0	20,5
38	AFOGADOS - Zeis: Mangueira e Vila do Siri	Intermediário	25,8	18,2
22	BREJOS: DA GUABIRABA e DE BEBERIBE - Zeis C. Amarela	Intermediário	34,3	17,5
30	MADALENA / TORRE - Zeis: Sítios Cardoso e Berardo	Central	24,8	17,7
53	BRASÍLIA TEIMOSA / PINA - Zeis Brasília Teimosa	Central	13,6	17,3
24	NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	Periférico	18,8	16,6
32	TORRÕES - Zeis: Torrões e Vietnã	Intermediário	34,3	16,4
Recife			20,0	12,9
Anel Central			16,4	11,2
Anel Intermediário			20,0	11,7
Anel Periférico			24,3	14,7

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

À guisa de síntese, pode-se afirmar que os adolescentes com idade entre 15 e 17 anos estão conseguindo entrar na escola, mas freqüentam, em sua maioria, o ensino fundamental. Apesar do crescimento relativo ao acesso à educação média, ainda se mostra pouco expressivo o contingente que está cursando esse nível de ensino. Ao se considerar a proporção de crianças (entre 10 e 14 anos) e de adolescentes com menos de quatro anos de estudo, é possível afirmar que em um número significativo de Unidades de Desenvolvimento Humano predominam contingentes de analfabetos funcionais, conforme foi indicado no decorrer do presente texto.



3.4 A Educação superior

Uma visão de conjunto do patamar de escolaridade da população do Recife, no contexto das dimensões espaciais aqui destacadas, não poderia deixar de fora informações relativas à educação de nível superior. Os resultados da educação nesse nível constituem um forte parâmetro de aferição das desigualdades educacionais, por representarem o topo da escolarização.

Tabela 22

Percentual de matrículas no Ensino Superior por dependência administrativa das instituições, segundo as Grandes Regiões do Brasil | 1991 e 2000

Dependência Administrativa das IES	Brasil		Matrículas por Região (%)									
			Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Federal	20,46	17,92	62,90	49,94	40,56	35,33	10,66	10,00	21,79	15,51	31,36	24,52
Estadual	12,93	12,32	10,53	11,05	21,94	27,41	9,97	8,91	17,08	11,34	5,88	8,88
Municipal	5,31	2,68	1,34	1,08	3,85	2,96	4,29	2,88	11,02	2,97	3,67	1,00
Privada	61,30	67,08	25,23	37,93	33,65	34,30	75,08	78,21	50,11	70,18	59,09	65,60
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MEC/INEP

Como ocorreu com a educação do pré-escolar, o privilégio de investimentos públicos no ensino fundamental fez com que as instituições privadas se fortalecessem na oferta do nível superior, as quais receberam estímulos para que se expandissem, conforme as prioridades para a política educacional traçadas na década de 1990. Pode-se observar a existência de uma retração da oferta de vagas nas instituições públicas federais em todas as regiões do País, que são nacionalmente reconhecidas por deterem os melhores padrões de ensino. Em contrapartida, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas consolidaram, ainda mais, sua primazia nas matrículas concernentes (Tabela 22).

Essa retração expressa a elitização do nível de ensino em análise. Vale lembrar que as redes públicas têm sido as principais responsáveis pela oferta do ensino fundamental e médio, e que sua clientela é, majoritariamente, oriunda das camadas populares. Os que conseguem concluir a educação básica na escola pública dificilmente têm acesso ao ensino superior público, face às lacunas da formação recebida, as quais não os tornam aptos para atender às exigências dos processos seletivos. Tornam-se, então, clientela do ensino pago, ministrado em instituições que, em sua maioria, não atendem a padrões de uma formação superior com qualidade, como têm revelado os processos avaliativos realizados pelo próprio Ministério da Educação. Mesmo assim, não se pode deixar de considerar que constitui uma minoria aqueles que ultrapassam as portas que dão acesso à educação superior, como revelam os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Objetivando-se a análise dessa realidade, foi selecionado um conjunto de indicadores a respeito do grau de escolarização da população na faixa etária de 18 a 24 anos, a clientela típica do patamar educacional em destaque, para os quatro níveis de espacialidades considerados (Quadro 5).

Quadro 5 - Indicadores selecionados sobre as condições de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos

INDICADORES	DEFINIÇÃO
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior	Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.
Percentual de pessoas de 18 a 24 com acesso ao curso superior	Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário ou já o concluíram.
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de jovens nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que são classificados como “analfabetos funcionais”, integrando a condição de população vulnerável.
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	Percentual de jovens nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples e que integram a condição de população vulnerável.

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

Comparando-se os Censos, observa-se que houve um aumento da ordem de 69,24% dos jovens brasileiros que conseguiram ingressar no ensino superior. Entretanto, no ano 2000 era inexpressivo o percentual que apresentava essa condição: 7,21%. Nas onze maiores capitais do Brasil, ainda que a média dos jovens que estavam freqüentando o ensino superior representasse mais que o dobro da verificada no País, 85,76% não tinham acesso a esse nível de ensino. Dentre os que estavam freqüentando ou tinham concluído o curso superior, os maiores índices foram verificados em Porto Alegre (24,87%) e Curitiba (20,59%). Nas demais cidades, os níveis de exclusão ficaram acima de 85%, sendo ainda maiores nas capitais situadas no Norte e Nordeste. Nesse contexto, o Recife, no ano 2000, tinha apenas 13,3% de jovens que freqüentavam ou haviam terminado o superior. Em contrapartida, no outro extremo, no Brasil havia um contingente de 16,0% de jovens em situação de vulnerabilidade pela condição de analfabetos funcionais, dos quais 5,7% eram totalmente iletrados. Dentre as onze maiores capitais do País, esse fenômeno apresentou maior grau de incidência em Fortaleza (9,7%, sendo 4,2% de analfabetos). Em seguida, situou-se o Recife (respectivamente com 10,4% e 4,1%). Curitiba e Belo Horizonte foram as capitais que apresentaram os menores percentuais de jovens nessa condição (Tabela 23).

Tabela 23

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos, clientela da Educação Superior, segundo as metrópoles brasileiras | 1991 e 2000

Capitais	Freqüentando Curso Superior (%)		Com acesso a Curso Superior (%)		Com menos de quatro anos de estudo (%)		Analfabeta (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Belém	6,91	8,22	7,35	8,69	13,59	10,26	3,42	1,86
Belo Horizonte	9,28	14,95	9,84	15,76	8,92	5,81	2,43	1,27
Brasília	7,29	13,42	7,77	14,00	12,92	7,35	4,40	1,72
Curitiba	10,36	19,45	11,36	20,59	8,83	4,51	1,73	0,87
Fortaleza	6,08	10,18	6,50	10,57	21,00	11,98	9,71	4,21
Goiânia	8,46	16,45	9,08	17,42	10,69	6,19	2,72	1,05
Porto Alegre	17,61	23,32	18,83	24,87	7,70	5,40	2,38	1,56
Recife	8,77	12,53	9,38	13,30	15,89	10,45	8,32	4,15
Rio de Janeiro	11,72	15,68	12,60	16,51	10,94	7,30	3,08	1,73
Salvador	5,94	9,16	6,29	9,50	16,48	10,89	5,41	2,66
São Paulo	8,57	13,31	9,33	14,19	12,75	6,69	3,77	1,47
Total	9,18	14,24	9,84	15,04	12,71	7,89	4,31	2,05
BRASIL	4,26	7,21	4,53	7,57	25,01	16,03	11,38	5,68

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.



Nas capitais nordestinas, o grau de exclusão dos jovens da educação superior é ainda maior do que o encontrado nas metrópoles brasileiras: apenas 10,4% dos jovens aí residentes estavam freqüentando esse nível de ensino, percentual bastante aproximado daqueles que tinham essa mesma condição ou já haviam concluído um curso superior: 10,8% no ano 2000. Ao se comparar a situação encontrada nas nove capitais, os melhores graus de cobertura estavam em João Pessoa e no Recife, ambas com um percentual pouco acima de 13%. Nos piores extremos, localizavam-se São Luís, com 93,0% de excluídos, seguido por Teresina, Maceió e Salvador, com graus de exclusão pouco acima de 90%. No que concerne aos jovens em situação de vulnerabilidade, para o total das nove capitais havia 13,0% com menos de quatro anos de estudo dos quais 4,8% eram completamente analfabetos. Maceió (com 21,1%), Teresina (com 15,3%) e João Pessoa (com 15,4%) tinham os mais altos percentuais de jovens com menos de quatro anos de estudo. Em Maceió 10% desse contingente era de analfabetos (Tabela 24).

Tabela 24

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos, clientela da Educação Superior, segundo as capitais do Nordeste | 1991 e 2000

Capitais	Freqüentando Curso Superior (%)		Com acesso a Curso Superior (%)		Com menos de quatro anos de estudo (%)		Analfabeta (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Aracaju	6,77	12,07	6,99	12,62	18,98	12,61	7,79	4,11
Fortaleza	6,08	10,18	6,50	10,57	21,00	11,98	9,71	4,21
João Pessoa	8,28	12,82	8,95	13,37	22,27	15,39	11,72	5,40
Maceió	5,34	9,36	5,61	9,87	24,90	21,07	14,88	9,99
Natal	6,12	11,74	6,47	12,31	17,11	10,96	9,33	4,73
Recife	8,77	12,53	9,38	13,30	15,89	10,45	8,32	4,15
Salvador	5,94	9,16	6,29	9,50	16,48	10,89	5,41	2,66
São Luís	3,44	6,79	3,65	7,01	14,25	8,45	5,56	2,51
Teresina	4,65	8,84	4,76	9,08	20,81	15,28	8,82	5,63
Total	6,15	10,38	6,51	10,84	19,08	13,01	9,06	4,82
BRASIL	4,26	7,21	4,53	7,57	25,01	16,03	11,38	5,38

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

No terceiro nível espacial, a RMR, a exclusão da juventude do ensino superior atingia, em média, 96,6% no ano 2000. Excetuando-se o município do Recife, nos demais a exclusão alcançou índices superiores a 90%. No outro extremo, ou seja, em situação de vulnerabilidade, quatro municípios tinham mais de 20% dos jovens com menos de quatro anos de estudo. Dentre esses, detinha a pior situação o município de Araçoiaba, com 34,6% nessa condição, dos quais 23,5% eram analfabetos. Em seguida situou-se Ipojuca com 30,6%, índice que também abarcava 17,0% de iletrados. Em Paulista encontrou-se o menor percentual de jovens nessa situação, vindo em seguida o Recife e Olinda, como mostram os dados da Tabela 25.

Tabela 25

Percentual de indicadores de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos, clientela da Educação Superior, segundo os municípios da Região Metropolitana do Recife | 1991 e 2000

Municípios	Freqüentando Curso Superior (%)		Com Acesso a Curso Superior (%)		Com menos de quatro anos de estudo (%)		Analfabeta (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Abreu e Lima	1,12	1,28	1,16	1,34	18,85	10,85	10,24	4,41
Araçoiaba	2,09	0,71	2,10	0,72	58,17	34,65	41,51	23,51
Cabo de Santo Agostinho	1,29	1,51	1,29	1,51	27,93	18,35	16,78	7,77
Camaraçibe	1,84	2,63	1,89	2,70	23,22	14,56	12,88	5,27
Igarassu	0,94	1,55	0,94	1,73	32,33	17,26	21,30	6,66
Ipojuca	0,24	0,94	0,24	0,94	52,06	30,66	39,48	17,04
Itamaracá	1,72	1,25	2,43	1,68	27,95	18,86	19,51	9,71
Itapissuma	0,85	2,25	0,86	2,93	34,93	22,29	21,69	11,87
Jaboatão dos Guararapes	2,59	5,37	2,82	5,61	20,13	13,69	11,52	5,51
Moreno	0,86	1,61	0,86	1,61	29,02	22,16	15,93	9,50
Olinda	6,60	8,54	6,94	8,92	15,94	10,74	7,88	4,06
Paulista	3,47	5,81	3,54	5,95	13,94	8,36	7,78	2,49
Recife	8,77	12,53	9,38	13,30	15,89	10,45	8,32	4,15
São Lourenço da Mata	1,54	1,55	1,54	1,55	32,07	19,27	18,60	8,86
Total	2,42	3,39	2,57	3,61	28,74	37,25	18,10	8,63
Pernambuco	3,55	4,56	3,74	4,78	34,31	24,25	22,10	11,87
BRASIL	4,26	7,21	4,53	7,57	25,01	16,03	11,38	5,68

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

3.4.1. Análise intra-urbana do ensino superior no Recife

Na focalização do ensino superior a partir das Unidades de Desenvolvimento Humano e das dezoito Microrregiões Político-Administrativas do Recife, foram utilizados os indicadores que aparecem no Quadro 6, com suas respectivas definições.

A análise da falta de acesso dos jovens ao ensino superior permite sublinhar, mais uma vez, não só a magnitude das desigualdades educacionais presentes no Recife, como também o modo como elas se distribuem no espaço intra-urbano.

Quadro 6 - Definição Indicadores selecionados sobre as condições de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife

INDICADOR	DEFINIÇÃO
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior	Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo	Percentual de jovens nessa faixa etária que ainda não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau bastante elevado de atraso escolar.
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de jovens nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como “analfabetos funcionais”.
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	Percentual de jovens nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.



No âmbito da espacialização político-administrativa, em nove microrregiões (55,5% do total) menos de 10% dos jovens estavam freqüentando o curso superior, sendo que em cinco delas (1.3, 2.3, 3.3, 6.2 e 6.3) os percentuais de cobertura variaram entre 1% e 2%. Nas microrregiões 1.1 e 1.2, houve uma involução do indicador. Na primeira, de 13,2% em 1991 passou-se para 8,1% em 2000. Na segunda, de 30% em 1991 baixou-se para 19,3% em 2000. Os maiores percentuais de freqüência ao superior foram encontrados na Microrregião 3.1 (36,3%), vindo em seguida a Microrregião 6.1 (24,2%) e a terceira foi a Microrregião 4.1 (com 19,7%), como indicam os dados da Tabela 26.

À magnitude dessa elitização do ensino superior somam-se os percentuais dos jovens entre 18 a 24 anos que sequer tinham completado os oito anos correspondentes à educação fundamental. Em sete das Microrregiões, os índices da população em foco, nessa condição, mostraram-se abaixo da média do Recife. As piores situações estavam na Microrregião 1.3 (quase 70% dos jovens sem terem o nível fundamental) e na 3.3 (com 58,2%). Praticamente 30% ou mais dos jovens residentes nas microrregiões não haviam concluído a educação fundamental, exceto na de número 3.1, onde o fenômeno atingia 19,3%, sendo essa a de melhor desempenho. Índices bem menores são os daqueles que eram analfabetos funcionais (com menos de quatro anos de estudo). Entretanto, mesmo considerando-se que na década houve redução das proporções de jovens nessa situação, bem como da proporção de analfabetos, são melhoras insuficientes para que se efetive o direito massivo à escolarização plena.

Tabela 26

Percentual de jovens entre 18 a 24 anos freqüentando o Ensino Superior, segundo as Microrregiões Político-Administrativas do Recife | 1991 e 2000

Microrregião	No curso superior (%)		Com menos de oito anos de estudo (%)		Com menos de quatro anos de estudo (%)		Analfabetos (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
1.1	13,19	8,09	54,56	48,60	18,28	12,57	12,01	7,73
1.2	30,03	19,31	30,19	30,10	10,16	8,67	7,31	3,72
1.3	0,70	1,89	77,49	69,55	26,84	25,14	20,82	11,66
2.1	8,89	16,15	51,52	38,50	18,35	10,08	10,38	4,83
2.2	2,66	4,23	60,37	49,03	18,67	11,46	11,58	5,46
2.3	0,80	1,45	64,84	46,13	18,34	11,89	11,47	6,05
3.1	25,61	36,26	33,66	19,26	10,48	4,21	5,76	2,29
3.2	1,55	2,37	58,96	47,47	14,84	10,63	10,27	5,09
3.3	1,63	1,07	68,98	58,23	22,07	16,34	14,65	7,46
4.1	13,57	19,73	45,00	33,97	14,55	7,61	8,30	3,93
4.2	3,98	7,31	61,57	46,89	20,17	11,20	13,80	5,16
4.3	9,10	11,25	55,91	35,99	15,85	9,21	9,29	4,11
5.1	5,22	6,92	50,72	41,96	14,06	10,79	9,19	6,16
5.2	4,12	10,69	48,89	36,50	15,74	9,22	8,86	4,57
5.3	4,39	5,64	54,19	44,70	16,68	12,73	9,28	4,64
6.1	15,36	24,19	39,64	30,08	13,31	8,96	7,83	3,92
6.2	0,83	1,88	58,25	47,68	15,92	12,11	9,95	4,96
6.3	0,74	1,94	61,52	46,65	16,92	10,92	10,26	5,10
Recife	8,77	12,53	51,73	40,10	15,89	10,42	9,78	4,88

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.



Na especialidade representada pelas Unidades de Desenvolvimento Humano, a perversidade do fenômeno entre os jovens recifenses torna-se ainda mais transparente. Ainda que no Anel Intermediário e no Periférico tenha havido, na década, aumentos respectivos de 58,1% e 61,4% de jovens que passaram a frequentar o ensino superior, (a exemplo do crescimento da frequência no ensino médio), trata-se de dimensões absolutas ínfimas, em particular no Anel Periférico, cujo percentual evoluiu de 1,3% em 1991 para 2,1% em 2000. No Anel Intermediário, as proporções foram bem maiores, tendo crescido de 8,5% para 13,6% (Tabela 27).

Tabela 27

Percentuais de crescimento da frequência ao Ensino Superior entre Jovens de 18 a 24 anos residentes nas Unidades de Desenvolvimento Humano, que em 2000 apresentaram o melhor e pior desempenho | Recife | 1991 e 2000

Cód. UDH	Unidades de Desenvolvimento Humano	Anéis	18 a 24 anos no ensino superior		B/A (%)
			1991 (A)	2000 (B)	
UNIDADES COM MAIOR QUANTIDADE DE JOVENS NO CURSO SUPERIOR					
17	GRAÇAS / AFLITOS / DERBY / ESPINHEIRO	Central	45,3	57,7	27,3
49	BOA VIAGEM - Shopping	Central	27,7	51,7	85,1
28	MADALENA / ILHA DO RETIRO / PRADO	Central	35,6	44,9	26,1
16	CASA FORTE / PARNAMIRIM / JAQUEIRA / MONTEIRO	Intermediário	28,6	47,3	65,4
48	BOA VIAGEM / PINA - Orla, Av. Herculano Bandeira	Central	27,7	43,4	56,6
47	BOA VIAGEM - Setúbal	Central	24,0	38,0	58,3
15	CASA AMARELA / TAMARINEIRA	Intermediário	25,3	35,4	39,9
29	TORRE / ZUMBI	Central	25,4	34,0	33,8
07	ENCRUZILHADA / HIPÓDROMO / ROSARINHO / TORREÃO	Intermediário	21,4	32,7	52,8
03	BOA VISTA / ILHA DO LEITE / PAISSANDU	Central	43,2	29,7	-31,2
50	IMBIRIBEIRA - Lagoa Araçá, Mascarenhas de Moraes	Central	10,8	24,5	126,8
33	VÁRZEA / CIDADE UNIVERSITÁRIA	Intermediário	22,1	24,1	9,0
26	CORDEIRO - Av do Forte, Exposição dos Animais	Intermediário	17,0	23,5	38,2
UNIDADES COM MENOR QUANTIDADE DE JOVENS NO CURSO SUPERIOR					
05	ILHA JOANA BEZERRA / SÃO JOSÉ - Zeis Coque	Central	0,9	0,0	-100,0
22	BREJOS: DA GUABIRABA e DE BEBERIBE - Zeis C. Amarela	Periférico	0,5	0,0	-100,0
62	COHAB - Zeis UR 5/Três Carneiros	Periférico	0,4	0,0	-100,0
01	SANTO AMARO - Zeis: Santo Amaro e João de Barros	Central	0,0	0,4	100,0
46	BARRO - Zeis Tejipió / Pacheco e Vila dos Milagres	Periférico	1,1	0,7	-36,3
59	COHAB - AP Lagoa Encantada e Monte Verde	Periférico	0,7	0,8	114,2
13	DOIS UNIDOS - Zeis: Dois Unidos e Linha do Tiro	Periférico	0,6	0,9	150,0
24	NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	Periférico	2,5	1,0	-60,0
57	IBURA / JORDÃO - Zeis Alto da Jaqueira	Periférico	0,5	1,2	120,0
10	ÁGUA FRIA / FUNDÃO - Zeis: C. Amarela e Fundão Fora	Periférico	0,9	1,3	44,4
21	VASCO DA GAMA - Zeis Casa Amarela	Periférico	1,1	1,4	27,2
53	BRASÍLIA TEIMOSA / PINA - Zeis Brasília Teimosa	Central	1,4	1,4	0,0
10	ÁGUA FRIA / FUNDÃO - Zeis: C. Amarela e Fundão Fora	Periférico	0,9	1,3	44,4
	Anel Central		17,3	22,2	28,3
	Anel Intermediário		8,6	13,6	58,1
	Anel Periférico		1,3	2,1	61,5
	Recife		8,8	12,5	42,0

Fonte: RECIFE. Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

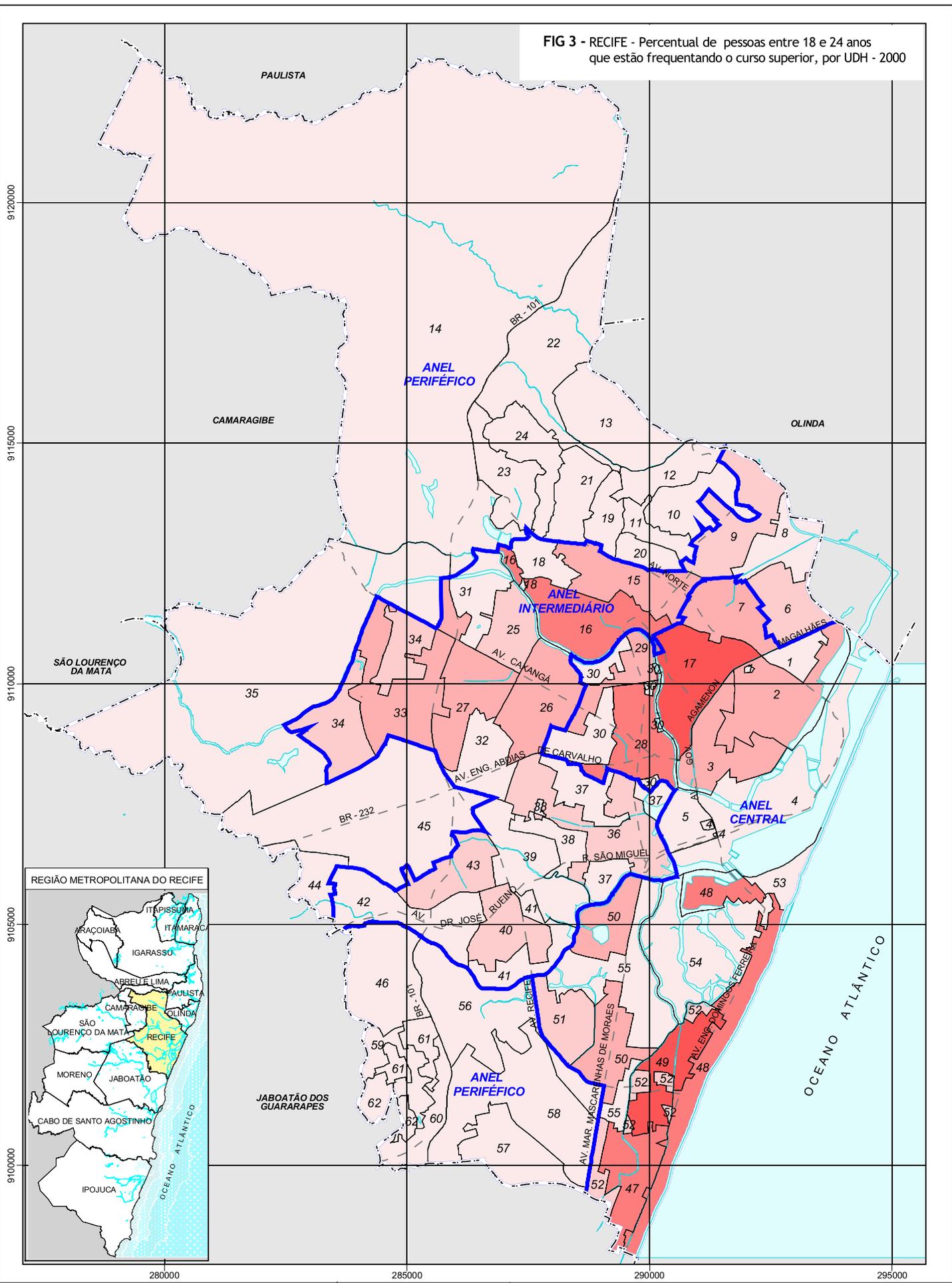


Em 20% do total das UDHs que apresentaram os maiores e menores índices de frequência ao Ensino Superior por parte dos seus jovens, houve uma involução, na década, em seis das Unidades. O percentual de -100,0% foi o encontrado na UDH 05 do Anel Central e nas UDHs 22 e 62, ambas do Anel Periférico. Também evoluíram a UDH 24 (com um índice de -60%) e a 46 (com -36,3%) nesse mesmo Anel. Note-se que a UDH 03, no Anel Central, mesmo se posicionando entre as treze unidades que apresentaram os mais altos percentuais de frequência, teve na década uma retração: de 43,2% em 1991 passou para 29,7%, em 2000, o que representa uma diminuição da ordem de -31,2%. Apenas as UDHs 17 (com 57,7%) e a 48 (com 51,7%) tinham mais da metade dos seus jovens no curso superior. Observe-se que a UDH 05 (ILHA JOANA BEZERRA) tem parte do seu território situado na Microrregião 1.2 e a 03 (BOA VISTA/ILHA DO LEITE/PAISSANDU) na Microrregião 1.1, que apresentaram involução, conforme foi comentado antes. De uma maneira mais detalhada, o Mapa a seguir (Fig. 03) mostra como grande parte dos jovens, de praticamente todas as UDHs, não estão tendo acesso ao ensino superior.

As dificuldades de acesso ao ensino superior refletem-se no nível de escolaridade de um significativo contingente de jovens entre 18 e 24 anos, como mostra a comparação dos dados dos dois últimos Censos. Certamente o aumento da concentração de renda, verificado na década, a necessidade de trabalho precoce, o aumento da taxa de desemprego e as dificuldades de escolarização no nível fundamental e médio são barreiras que têm impedido a entrada dos jovens na universidade. A exemplo dos adolescentes que não conseguem ingressar e concluir o ensino médio, uma grande parcela da população em destaque não tem conseguido sequer concluir um nível completo de ensino.

Em oito (42,1%) das 19 UDHs do Anel Central, foram encontrados mais de 45% dos jovens nelas residentes sem ter completado os oito anos de estudo que correspondem à educação fundamental. O percentual mais alto (74,9%) localizou-se na UDH 05 (ILHA JOANA BEZERRA), que também tinha 26,6% desse contingente com menos de quatro anos de estudo e, portanto, na condição de analfabetos funcionais. A segunda maior incidência do fenômeno encontrou-se na UDH 01 (SANTO AMARO - Zeis Stº Antônio e João de Barros), com 68,8%, e a terceira na UDH 04 (RECIFE CENTRO-Zeis Coelhos e Comunidade do Pilar), com 59% de seus jovens nessa condição. Essas localidades também possuíam o maior contingente de analfabetos funcionais e, portanto, em situação de risco. O melhor índice localizou-se na UDH 17 (GRAÇAS, AFLITOS, ESPINHEIRO), com um percentual de 6,6% e com 2,1% de seus jovens na condição de analfabetos funcionais. Note-se que em todas as demais UDHs desse Anel havia mais de 10% dos jovens com menos de oito anos de estudo (Tabela 28).

FIG 3 - RECIFE - Percentual de pessoas entre 18 e 24 anos que estão frequentando o curso superior, por UDH - 2000



LEGENDA

Pessoas entre 18 e 24 anos frequentando curso superior (%)

0,0 - 8,0	8,1 - 20,0	20,1 - 36,0	36,1 - 50,0	50,1 - 60,0
-----------	------------	-------------	-------------	-------------

CONVENÇÕES

	LIMITE DE ANEL
	LIMITE DE MICRORREGIÃO
	LIMITE DE MUNICÍPIO
	PRINCIPAIS VIAS
	CURSO D'ÁGUA



Tabela 28

Percentual de indicadores de atendimento educacional da população de 18 a 24 Anos, segundo as Unidades de Desenvolvimento Humano. Anel Central | Recife | 1991 e 2000

Cód. UDH	Unidades de Desenvolvimento Humano - Anel Central	com menos de oito anos de estudo (%)		com menos de quatro anos de estudo (%)		analfabeto (%)	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
02	SANTO AMARO / SOLEDADE - Vilas Naval e Operária	27,9	14,4	11,7	3,8	5,6	1,7
03	BOA VISTA / ILHA DO LEITE / PAISSANDU	15,7	12,2	4,0	2,3	3,3	1,1
07	ENCRUZILHADA / HIPÓDROMO / ROSARINHO / TORREÃO	33,1	22,1	13,9	5,0	4,2	1,3
17	GRAÇAS / AFLITOS / DERBY / ESPINHEIRO	17,9	6,6	6,5	2,1	4,5	1,2
28	MADALENA / ILHA DO RETIRO / PRADO	25,0	12,6	9,8	2,9	4,4	1,2
29	TORRE / ZUMBI	23,1	20,6	7,5	5,8	4,3	1,9
47	BOA VIAGEM - Setúbal	32,6	15,4	12,0	5,8	5,8	1,2
48	BOA VIAGEM / PINA - Orla, Av. Herculano Bandeira	27,5	14,7	9,6	3,7	5,4	1,0
49	BOA VIAGEM - Shopping	22,8	10,0	9,4	4,3	6,1	1,3
50	IMBIRIBEIRA - Lagoa Araçá, Mascarenhas de Moraes	31,5	17,4	10,5	4,1	5,7	1,6
51	IPSEP - Av. Jean Emile Favre, Av. Recife	23,8	16,4	5,4	3,8	2,1	0,8
01	SANTO AMARO - Zeis: Santo Amaro e João de Barros	71,6	68,8	21,5	17,9	15,2	10,7
04	RECIFE CENTRO - Zeis Coelhos / AP Comunidade Pilar	65,2	59,0	21,9	19,9	15,5	10,1
05	ILHA JOANA BEZERRA / SÃO JOSÉ - Zeis Coque	79,1	74,9	29,8	26,6	23,8	11,3
53	BRASÍLIA TEIMOSA / PINA - Zeis Brasília Teimosa	53,6	45,7	15,0	10,2	9,4	7,4
54	PINA - Zeis: Pina/Encanta Moça e Ilha de Deus	65,2	53,2	19,7	19,0	13,5	9,7
55	IMBIRIBEIRA - Zeis: Sítio Grande e Aritana	62,2	58,5	20,2	18,4	14,1	8,7
30	MADALENA / TORRE - Zeis: Sítios Cardoso e Berardo	66,5	48,6	22,9	9,9	12,1	6,6
52	BOA VIAGEM - Zeis: Entra-Apulso e Ilha do Destino	69,2	57,6	31,8	16,5	15,9	7,1
	Total	42,8	33,1	14,9	9,6	9,0	4,5
	Recife	51,7	40,1	15,9	10,4	9,8	4,9

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

No Anel Intermediário, em 42,8% das UDHS o percentual de jovens com menos de oito anos de estudo situou-se em 40% ou mais. Na UDH 31 (IPUTINGA - Zeis Vila União/AP Detran), foi encontrada a maior incidência do fenômeno nesse Anel (60,6%), vindo em seguida a UDH 08 (CAMPO GRANDE/CAMPINA DO BARRETO - Zeis Campo Grande), com um índice de 59,5% e a UDH 41 (AREAIS - Zeis Caçote, Berinha, J.Uchoa, Irã/Iraque), com 57,9%. Os menores índices estavam na UDH 15 - CASA AMARELA/TAMARINEIRA (11,5%), seguida das Unidades 16 - GRANDE CASA FORTE e 18 - CASA AMARELA Zeis Alto do Mandu/Santa Isabel (com 16,2% e 18,8%, respectivamente). Note-se que, apesar de o Anel Central ter tido UDHS com maiores índices de jovens na condição em análise, os menores percentuais desse Anel ficaram bem acima dos menores encontrados no Anel Periférico. Como antes foi mencionado, o Anel Central caracteriza-se pela convivência de UDHS com os melhores índices de escolarização com outras onde imperam as desigualdades. Nesse contexto, em termos comparativos, enquanto em cinco UDHS do Anel Central foram encontrados mais de 17% de jovens na condição de analfabeto funcional, no Anel Intermediário o fenômeno apresentou menor incidência (Tabela 29).

Tabela 29

Percentual de indicadores de atendimento educacional da população de 18 a 24 Anos, segundo as Unidades de Desenvolvimento Humano. Anel Intermediário | Recife | 1991 e 2000

Cód. UDH	Unidades de Desenvolvimento Humano - Anel Intermediário	com menos de oito anos de estudo (%)		com menos de quatro anos de estudo (%)		analfabetos (%)	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
15	CASA AMARELA / TAMARINEIRA	26,7	11,5	9,1	3,7	4,3	1,5
16	CASA FORTE / PARNAMIRIM / JAQUEIRA / MONTEIRO	34,4	16,2	12,0	5,0	6,3	2,4
37	BONGI / SAN MARTIN - Zeis: Afogados e Mustardinha	53,6	52,1	13,9	12,5	12,1	8,0
38	AFOGADOS - Zeis: Mangueira e Vila do Siri	57,9	47,2	22,2	14,8	9,8	7,7
41	AREIAS - Zeis: Caçote, Beirinha, J.Uchôa e Rio/Iraque	69,5	57,3	26,3	20,7	15,6	8,6
08	CAMPO GRANDE / CAMPINA BARRETO - Zeis Campo Grande	68,4	59,5	24,8	16,4	17,9	8,4
31	IPUTINGA - Zeis Vila União / AP Detran	74,9	60,6	32,6	16,0	23,9	9,7
32	TORRÕES - Zeis: Torrões e Vietnã	69,5	55,5	25,4	13,2	17,6	6,4
34	VÁRZEA - Zeis: Brasilit, Campo Banco e V. Arraes	67,8	43,9	21,8	11,6	12,8	5,0
36	AFOGADOS / MUSTARDINHA / SAN MARTIN	43,7	29,4	10,0	6,8	6,2	3,5
40	AREIAS - Ines Andrezza, Vila Cardeal e Silva	32,4	22,2	8,8	3,5	4,3	2,0
42	BARRO / SANCHO / TEJIPIÓ	43,8	35,5	10,3	11,1	6,5	2,5
43	JARDIM SÃO PAULO - Zeis: Areias, Barro e JSPaulo	41,7	29,1	14,6	6,9	5,7	2,9
06	CAMPO GRANDE - Estrada de Belém, Zeis Ilha Joaneiro	53,5	37,0	15,7	8,8	9,8	4,5
09	ÁGUA FRIA / ARRUDA / PORTO DA MADEIRA / CAJUEIRO	40,5	27,6	10,5	5,5	4,7	2,5
26	CORDEIRO - Av do Forte, Exposição dos Animais	33,4	27,9	8,5	7,4	5,4	2,0
27	ENG° DO MEIO / CORDEIRO / IPUTINGA - Bom Pastor	39,3	20,3	8,3	4,3	4,0	1,5
33	VÁRZEA / CIDADE UNIVERSITÁRIA	35,8	18,8	10,3	5,2	6,6	2,3
39	ESTÂNCIA / S.MARTIN / JIQUIÁ - Parque do Jiquiá	52,9	35,9	14,4	6,1	8,6	3,5
18	CASA AMARELA - Zeis Alto Mandu/Sta. Isabel	49,8	39,1	11,5	4,6	6,4	2,7
25	IPUTINGA - AP Alto do Céu, Monsenhor Fabrício	53,7	43,0	16,5	7,7	9,4	4,2
	Total	47,1	34,6	14,8	9,1	9,4	4,4
	Recife	51,7	40,1	15,9	10,4	9,8	4,9

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

Perversamente, como mostraram outros indicadores analisados, existem no Anel Periférico os piores índices de escolarização dos jovens. A média de 50% da população de 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo situou-se acima da média do Recife, bem como das médias verificadas nos Anéis Central e Intermediário. O menor valor desse indicador localizou-se na UDH 61 (COHAB - URs 1, 2 e 3), mesmo assim atingindo um percentual de 33,2%. Nas outras 21 UDHs do Anel Periférico, tal proporção superou os 40%. As situações mais críticas foram observadas na UDHs 46 (BARRO - Zeis Tejipió/Pacheco e Vila dos Milagres), com um percentual de 65,9%, e na UDH 22 (BREJOS: DA GUABIRABA E DE BEBERIBE - parte da Zeis Casa Amarela), com 62,0%. No que concerne à condição de analfabetos funcionais, a pior situação também foi encontrada na UDH 46 (BARRO), com um percentual de 18,3% de jovens em tal condição e na UDH 45 (CURADO/JARDIM SÃO PAULO), com 17,8% (Tabela 30).

Tabela 30

Percentual de indicadores de atendimento educacional da população de 18 a 24 Anos, segundo as Unidades de Desenvolvimento Humano do Anel Periférico | Recife | 1991 e 2000

Cód. UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano - Anel Periférico	com menos de oito anos de estudo (%)		com menos de quatro anos de estudo (%)		analfabetos (%)	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
10	ÁGUA FRIA / FUNDÃO - Zeis: C. Amarela e Fundão Fora	66,8	56,3	22,7	15,0	15,3	6,9
12	BEBERIBE / LINHA DO TIRO - Zeis Casa Amarela	59,8	46,2	14,2	12,3	11,8	6,3
13	DOIS UNIDOS - Zeis: Dois Unidos e Linha do Tiro	69,2	46,1	21,9	11,5	11,2	5,9
14	APIPUCOS / DOIS IRMÃOS / S.DOS PINTOS / GUABIRABA	66,0	57,2	24,4	16,8	14,2	9,5
19	ALTO J.BONIFÁCIO / MORRO CONCEIÇÃO - Zeis C.Amarela	59,2	47,4	18,2	10,2	12,3	5,0
20	ALTO JOSÉ DO PINHO / MANGABEIRA - Zeis C. Amarela	56,2	52,9	11,3	13,9	10,8	5,4
21	VASCO DA GAMA - Zeis Casa Amarela	60,5	43,8	14,4	8,7	8,4	4,9
22	BREJOS: DA GUABIRABA e DE BEBERIBE - Zeis C. Amarela	75,7	62,3	28,1	16,0	18,2	7,6
23	CÓRREGO DO JENIPAPO / MACAXEIRA - Zeis C. Amarela	61,7	50,4	17,9	13,2	12,1	6,9
11	STA. TERESINHA / B. HEMETÉRIO - Zeis Casa Amarela	65,2	52,0	20,4	10,2	9,4	4,9
24	NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	67,0	56,3	19,1	16,1	12,8	6,0
35	VÁRZEA / CAXANGÁ - Zeis Rosa Selvagem	62,3	41,8	15,1	10,2	8,3	4,7
44	CURADO / COQUEIRAL / TOTÓ - Zeis Cavaleiro	62,6	49,1	19,4	10,7	9,9	4,1
45	CURADO / JARDIM S.PAULO - Zeis Planeta dos Macacos	59,4	48,6	22,2	17,8	13,0	5,9
46	BARRO - Zeis Tejipiô / Pacheco e Vila dos Milagres	74,7	65,9	21,4	18,3	15,9	9,2
57	IBURA / JORDÃO - Zeis Alto da Jaqueira	60,0	44,0	18,0	12,5	9,9	4,3
58	IBURA / JORDÃO - Zeis Ibura/Jordão	62,0	51,1	13,9	11,5	11,3	5,4
59	COHAB - AP Lagoa Encantada e Monte Verde	61,8	45,8	15,1	9,6	9,7	6,1
60	COHAB - AP UR´10, 4, 5 / R Francisco Vitoriano	61,1	50,7	15,6	9,8	10,0	5,0
62	COHAB - Zeis UR 5/Três Carneiros	74,7	53,5	25,1	15,7	15,1	6,2
56	IBURA - Av Dom Hélder Câmara, Vila do Sesi	52,5	45,7	16,7	12,7	8,4	4,9
61	COHAB - UR´s 1, 2 e 3	48,8	33,2	11,9	8,3	6,2	2,7
	Total	63,1	50,0	18,5	12,8	11,6	5,8
	Recife	51,7	40,1	15,9	10,4	9,8	4,9

Fonte: RECIFE.Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

Em face de tais resultados, é importante lembrar que no início da década de 1990 já tinha havido um crescimento significativo do acesso ao ensino fundamental, o que significa dizer que, naquele momento, os jovens na faixa aqui considerada, na pior das hipóteses, estavam com 15 anos. Entretanto, o contingente de dezoito, dezenove e vinte anos tinha, respectivamente, 9, 10 ou 11 anos de idade e, portanto, teoricamente, deveriam ter tido a chance de freqüentar o ensino fundamental. Contudo, como foi enfatizado no decorrer de todo o texto, são extremamente precários os níveis de escolarização em todas as faixas analisadas.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face aos dados apresentados, pode-se afirmar que o cumprimento das Metas do Milênio, no que se refere à educação fundamental da população recifense, requer um esforço no sentido de que seja previamente garantido o usufruto da educação pré-escolar para todo o contingente das crianças na faixa etária de 4 a 5 anos. Somente desse modo se estará combatendo um dos problemas que afetam o desempenho dos alunos no ensino fundamental, cujos reflexos se exprimem, dentre outros indicadores, nos quantitativos dos que se encontram com mais de um ano de atraso escolar, ou dos que não conseguem concluir os quatro anos de estudo, como mostram os dados relativos à população de 10 a 14 anos. Esses indicadores, por seu turno, refletem-se nos precários índices de escolaridade dos que integram a faixa de 15 a 17 anos, face ao grande percentual de excluídos do ensino médio e dos que não vêm conseguindo concluir nem mesmo o fundamental. Tais dados demonstram a pouca eficácia de uma política educacional que, ao privilegiar, focalizadamente, o “tronco” da educação básica, operou um tipo peculiar de fragmentação do processo de ensino e aprendizagem: por não ter o apoio de bases seguras de sustentação, não conseguiu formar uma estrutura sólida que possibilitasse condições adequadas para que se efetivasse o seu devido “acabamento”.

O quadro precário em que se inserem os níveis de escolarização dos contingentes populacionais aqui focalizados permite afirmar que a política educacional das últimas décadas conseguiu apenas reduzir significativamente os índices de analfabetismo e garantir que grande parte das crianças, adolescentes e jovens ingressasse na escola. Todavia, como demonstraram os dados, tais resultados se mostram insuficientes quando a meta é uma educação de qualidade para todos, o que implica o usufruto da escolaridade até o nível médio, tal como está previsto na legislação e no planejamento educacional em vigência no Brasil.

É preciso considerar, entretanto, que, apesar da necessidade de superação de problemas atinentes exclusivamente à escola e ao processo de ensino-aprendizagem, os resultados da política educacional são fortemente influenciados pelos resultados das demais políticas públicas. Isso significa dizer da necessidade, também, de uma atuação sobre fatores exógenos que vêm limitando os processos de escolarização, sobretudo nos municípios mais pobres, como evidenciaram as análises das três dimensões espaciais abordadas. No Recife, as análises intra-urbanas permitem identificar os focos mais graves das desigualdades educacionais que, certamente, só poderão ser combatidas por meio de um conjunto de políticas intra-setoriais, no qual a questão da melhoria da renda da população deve ser priorizada.

Por fim, a centralidade da educação para o desenvolvimento social, político e econômico das sociedades requer que a política concernente assuma prioridade como prática de política e não fique apenas nas intenções, sob pena de o País continuar empobrecendo, reproduzindo e/ou agravando o padrão das desigualdades existentes, o que se reflete em suas regiões, municípios e, portanto, no Recife.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. M. L. de et al. A educação básica no Plano Nacional de Educação. **Cadernos do Observatório da Cidadania**, Rio de Janeiro: IBASE, n. 03, 2001.
- AZEVEDO, J. M. L. de. O Estado, a Política Educacional e a Regulação do Setor Educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: N. S. FERREIRA & M. A. AGUIAR (Orgs.). **Gestão da Educação: Impasses Perspectivas e Compromissos**. São Paulo: Cortez Editora, 3ª. Edição, 2004.
- AZEVEDO, J. M. L. de; FERRAZ, B. T. A Presença de programas federais para a educação básica em municípios pernambucanos. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, XV. **Anais...** São Luis: UFMA, 2001 (texto publicado em CD-Rom).
- BASSI, M.E. **Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do FUNDEF em sete municípios paulistas**. PUC: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2001 (tese de doutorado).
- BITOUN, Jan. O Que revelam os índices de desenvolvimento humano. In: RECIFE. Prefeitura et al. **Desenvolvimento humano no Recife: atlas municipal**. Recife, 2005. CD-Rom.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 abr. 1997. **Diário Oficial**, Brasília, 17 abr. 1997.
- . Decreto n. 5.154, de 23 jul. 2004. **Diário Oficial**, Brasília, 23 jul. 2004.
- . Lei n. 10.792, jan.2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, jan. 2001.
- . Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1989.
- . **Emenda Constitucional n. 14**, de 13 set. 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado Federal, 1997.
- . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro de 1996.
- . Lei nº 9.424 de 24 dez. 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Balanço do primeiro ano do FUNDEF**. Brasília: Março de 1999.
- . **Balanço dos três anos do FUNDEF**. Brasília: MEC, 2001.
- . **Informe de resultados comparativos do SAEB 1995, 1997 e 1999**. Brasília: INEP, 2000.
- . **Informe Estatístico 1996**, Brasília: INEP, v. 1, 1997.
- CURY, C. R. J. A Educação básica no Brasil, **Revista Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, n. 80, 2002.
- GOMES, G. M. & MAC DOWELL, M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social**. Brasília: IPEA, 2000. (*Texto para Discussão* n. 706)
- IBAM. **Distribuição dos municípios por faixas de população**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.ibam.org.br> Acesso em dez. 2000.
- II CONED. **Plano Nacional de Educação**: proposta da sociedade brasileira. Belo Horizonte, 1997.
- MONLEVADE, J. **O FUNDEF e seus pecados capitais**. Ceilândia: Ed.Idéia, 1998.
- PINTO, J. M. de R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Revista Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, n. 80, 2002.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília, 2003. CD-Rom.
- RECIFE. Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal**. Recife, 2005, CD-Rom
- SILVA, N. do & HASENBALG, C. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, v.43, n.3 2000.



SOARES, J. A. Finanças municipais e desigualdades regionais. In: SOARES, J. A. (org.). **O Orçamento dos municípios no Nordeste Brasileiro**. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998.

VERHINE, R. O Impacto do FUNDEF no ensino público: o caso da Bahia. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, XV. **Anais...** São Luis: UFMA, 2001 (texto publicado em CD-Rom).

ANEXOS

Quadro A - Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) que compõem os Anéis Central, Intermediário e Periférico e Microrregiões Político-Administrativas correspondentes

ANEL CENTRAL

Área localizada na parte leste da cidade concentrando as principais atividades de negócios, além da função residencial. Compreende o centro histórico da cidade e o centro expandido que, nos últimos anos, com os investimentos públicos e privados, ampliou-se tanto a oeste da Av. Agamenon Magalhães, como na zona sul, ao longo dos corredores viários dos bairros de Boa Viagem e Imbiribeira.

Cód. UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH)	Microrregião
01	SANTO AMARO - Zeis: Santo Amaro e João de Barros	1.1
02	SANTO AMARO/SOLEDADE - Vila Naval e Operária, Visconde de Suassuna	1.1 / 1.2
03	BOA VISTA/ILHA DO LEITE/PAISSANDU	1.1
04	RECIFE/SANTO ANTÔNIO/CABANGA/COELHOS/SÃO JOSÉ/ILHA JOANA BEZERRA (partes) - Zeis Coelhos/AP Comunidade do Pilar	1.1 / 1.2 / 1.3
05	ILHA JOANA BEZERRA/SÃO JOSÉ (partes) - Zeis Coque	1.2 / 1.3
07	ENCRUZILHADA/HIPÓDROMO/ROSARINHO/TORREÃO	2.1
17	GRAÇAS/AFLITOS/DERBY/ESPINHEIRO - Av. Rosa e Silva, Zeis Campo do Vila	3.1
28	MADALENA/ILHA DO RETIRO/PRADO (partes)	4.1
29	TORRE/ ZUMBI (partes)	4.1
30	MADALENA/TORRE/CORDEIRO/ZUMBI/PRADO/ILHA DO RETIRO (partes) - Zeis: Sítio do Cardoso, do Berardo, Prado, Mangueira da Torre, Caranguejo/Tabaiães/AP Vila Santa Luzia	4.1
47	BOA VIAGEM (parte) - Setúbal	6.1
48	BOA VIAGEM/PINA (partes) - Orla, Av. Herculano Bandeira	6.1
49	BOA VIAGEM (parte) - Shopping	6.1
50	IMBIRIBEIRA (parte) - Lagoa do Araçá, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes/Zeis Coronel Fabriciano	6.1
51	IPSEP (parte) - Av. Jan Emile Favre, Av. Recife	6.1
52	BOA VIAGEM (parte) - Zeis: Borborema, Entra Apulso e Ilha do Destino	6.1
53	BRASÍLIA TEIMOSA/PINA (parte) - Zeis Brasília Teimosa	6.1
54	PINA - Zeis: Pina/Encanta Moça e Ilha de Deus	6.1
55	IMBIRIBEIRA/IPSEP (parte) - Zeis: Sítio Grande, Aritana e Coqueiral	6.1

ANEL INTERMEDIÁRIO

Área localizada na planície e, parcialmente, em algumas colinas. Estruturou-se ao longo de quatro eixos viários leste-oeste, que ligavam o porto aos engenhos e povoados. Constitui-se de áreas mais valorizadas, próximas aos eixos viários, e de outras áreas mais distantes, geralmente vizinhas de cursos d'água e suas zonas de inundação.

Cód. UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH)	Microrregião
06	CAMPO GRANDE (parte) - Estrada de Belém, Zeis Ilha de Joaneiro, AP Ilha do Chié	2.1
08	CAMPO GRANDE/CAMPINA DO BARRETO/ARRUDA (partes)/ PEIXINHOS - Zeis Campo Grande	2.1
09	ÁGUA FRIA/ARRUDA /CAMPINA DO BARRETO/PORTO DA MADEIRA (partes)/CAJUEIRO	2.1 / 2.2
15	CASA AMARELA(parte)/ TAMARINEIRA - Av. Norte, Zeis Tamarineira	3.1
16	CASA FORTE/ PARNAMIRIM/SANTANA/ JAQUEIRA/ POÇO/MONTEIRO (parte) - Av. 17 de Agosto/Rua Apipucos, Zeis: Vila do Vintém e Vila Inaldo Martins	3.1
18	CASA AMARELA/MONTEIRO (partes)/ALTO DO MANDU - Zeis: Alto do Mandu/Alto Santa Isabel e Vila Esperança/Cabocó	3.1
25	IPUTINGA (parte) - AP: Alto do Céu e Bomba Grande/Monselhor Fabrício	4.1
26	CORDEIRO (parte) - Av. do Forte, Exposição dos Animais	4.1
27	ENGENHO DO MEIO/ CORDEIRO/IPUTINGA (partes) - Bom Pastor/Zeis Vila Redenção	4.1 / 4.2
31	IPUTINGA (parte) - Zeis Vila União, AP: Barbalho, Santa Marta, Airton Sena, São João e Detran	4.1
32	TORRÕES - Zeis: Torrões e Vietnã	4.2
33	VÁRZEA (parte)/CIDADE UNIVERSITÁRIA	4.3
34	VÁRZEA (parte) - Zeis: Brasilit, Sítio Wanderley, Campo do Banco e Vila Arraes	4.3
36	AFOGADOS/ MUSTARDINHA/ SAN MARTIN (partes)	5.1
37	AFOGADOS/MUSTARDINHA/ SAN MARTIN (partes)/ BONGI - Zeis: Afogados, Mustardinha, Novo Prado, Caraguejo/Tabaiars	5.1
38	AFOGADOS/SAN MARTIN (partes)/MANGUEIRA - Zeis: Mangueira e Vila do Siri, AP Boa Idéia	5.1
39	ESTÂNCIA/SAN MARTIN (partes)/ JIQUIÁ - Parque do Jiquiá/Entorno	5.1 / 5.2
40	AREIAS (parte) - Inês Andrezza, Vila Cardeal e Silva, Zeis Capuá	5.2
41	AREIAS/ESTÂNCIA/JIQUIÁ (partes)/CAÇOTE - Zeis: Caçote, Beirinha, Jardim Uchoa e Rua do Rio/Iraque	5.2
42	BARRO/SANCHO (partes)/TEJIPIÓ	5.3
43	JARDIM SÃO PAULO (Parte) - Zeis: Areias, Barro e Jardim São Paulo I	5.3

ANEL PERIFÉRICO

Área localizada em colinas ocupadas a partir da segunda metade do século XX, correspondendo aos morros do Sul, do Norte e do Oeste e algumas áreas de planície. Concentra as maiores Zonas Especiais de Preservação Ambiental da cidade, com espaços cobertos de matas, mantendo feições rurais.

Cód. UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH)	Microrregião
10	ÁGUA FRIA/FUNDÃO/PORTO DA MADEIRA (partes) - Zeis: Casa Amarela e Fundão de Fora	2.2
11	ALTO SANTA TERESINHA/BOMBA DO HEMETÉRIO - Zeis Casa Amarela	2.2
12	BEBERIBE/LINHA DO TIRO - Zeis Casa Amarela	2.3
13	DOIS UNIDOS - Zeis: Dois Unidos e Linha do Tiro/AP Rosário	2.3
14	APIPUCOS/DOIS IRMÃOS/ SÍTIO DOS PINTOS/GUABIRABA/PAU FERRO - Av. 17 de Agosto/Zeis: Apipucos, Vila Marcionila-Mussum e Vila São João	3.1 / 3.3
19	ALTO JOSÉ BONIFÁCIO/MORRO DA CONCEIÇÃO - Zeis Casa Amarela	3.2
20	ALTO JOSÉ DO PINHO/ MANGABEIRA - Zeis Casa Amarela	3.2
21	VASCO DA GAMA - Zeis Casa Amarela	3.2
22	BREJO DA GUABIRABA/ BREJO DO BEBERIBE/PASSARINHO - Zeis Casa Amarela	3.3
23	CÓRREGO DO JENIPAPO/ MACAXEIRA - Zeis Casa Amarela	3.3
24	NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	3.3
35	VÁRZEA (parte)/CAXANGÁ - Zeis: Rosa Selvagem e Vila Felicidade/UR 7, Cosme e Damião, Jardim Petrópolis	4.3
44	CURADO/SANCHO (partes)/ COQUEIRAL/TOTÓ - Zeis Cavaleiro	5.3
45	CURADO/JARDIM SÃO PAULO (partes) - Zeis: Planeta dos Macacos e Jardim São Paulo II	5.3
46	BARRO (parte) - Zeis Tejipió/AP Pacheco, Vila dos Milagres	5.3
56	IBURA (parte) - Av. Dom Hélder Câmara, Vila do Sesi	6.2
57	IBURA/JORDÃO (partes) - Zeis Alto da Jaqueira	6.2
58	IBURA/JORDÃO (partes) - Zeis Ibura/Jordão	6.2
59	COHAB (parte) - AP: Lagoa Encantada e Monte Verde	6.3
60	COHAB (parte) - URs 4 e 5, AP UR 10/Rua Francisco	6.3
61	COHAB (parte) - URs 1,2 e 3	6.3
62	COHAB (parte) - Zeis UR 5/Três Carneiros	6.3

Fonte: RECIFE. Prefeitura; PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005.

Quadro B - Bairros que compõem as Microrregiões Político-Administrativas do Recife por Região Político-Administrativa (RPA)

RPA	Microrregião	Bairros
1	1.1	Recife, Santo Amaro
	1.2	Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Soledade
	1.3	Coelhos, Ilha Joana Bezerra
2	2.1	Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho, Torreão
	2.2	Água Fria, Alto Santa Teresinha, Bomba do Hemetério, Cajueiro, Fundão, Porto da Madeira
	2.3	Beberibe, Dois Unidos, Linha do Tiro
3	3.1	Aflitos, Alto do Mandu, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço, Santana, Tamarineira, Sítio dos Pintos
	3.2	Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição, Vasco da Gama
	3.3	Brejo da Guabiraba, Brejo do Beberibe, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Macaxeira, Nova Descoberta, Passarinho, Pau Ferro
4	4.1	Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi
	4.2	Engenho do Meio, Torrões
	4.3	Caxangá, Cidade Universitária, Várzea
5	5.1	Afogados, Bongí, Mangueira, Mustardinha, San Martin
	5.2	Areias, Caçote, Estância, Jiquiá
	5.3	Barro, Coqueiral, Curado, Jardim São Paulo, Sancho, Tejipió, Totó
6	6.1	Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina
	6.2	Ibura, Jordão
	6.3	Cohab

Fonte: Lei nº16.293, de 22/01/1997